AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 23 • N. 10 • JANEIRO 2004 • R$ 8,00

24 reais

REFORMA TRIBUTÁRIA
Quem paga esta conta?

TIRA-DÚVIDA
20 perguntas e respostas sobre transgênicos



FGV EESP · FGV IBRE · FGV EAESP

COMO GANHAR DINHEIRO COM LEITE
Comparamos os custos e a rentabilidade de um produtor em três níveis de tecnologia

9 771010 429049

CONJUNTURA ECONÔMICA

apresenta:

SEMINÁRIOS FGV



Marketing e Vendas de Serviços

03, 04, 05 e 06 de fevereiro de 2004
08h45 às 12h45
Praia de Botafogo, 190 – sala 930
Botafogo – Rio de Janeiro
Informações: (21) 2559-6086 ou
pelo e-mail : claudiamuniz@fgv.br
Promoção: IBRE

Série Debates FGV Energia: O Novo Modelo do Setor Elétrico

Fevereiro de 2004
09h às 13h
Praia de Botafogo, 190 – 8º andar – Auditório
Botafogo – Rio de Janeiro
Informações: (21) 2559-5480 ou
pelo e-mail: seminarios_ibre@fgv.br
Promoção: FGV Energia

O Estagiário e a Empresa: Construindo o Futuro

16 de março de 2004
08h45 às 18h
Praia de Botafogo, 190 – 8º andar – Auditório
Botafogo – Rio de Janeiro
Informações: (21) 2559-6086 ou
pelo e-mail: claudiamuniz@fgv.br
Promoção: IBRE

Marketing e Vendas de Serviços

16, 17, 18 e 19 de março de 2004
08h45 às 12h45
Praia de Botafogo, 190 – sala 930
Botafogo – Rio de Janeiro
Informações: (21) 2559-6086 ou
pelo e-mail : claudiamuniz@fgv.br
Promoção: IBRE

Série Debates FGV Energia: Petróleo

24 de março de 2004
09h às 13h
Praia de Botafogo, 190 – 8º andar – Auditório
Botafogo – Rio de Janeiro
Informações: (21) 2559-5480 ou
pelo e-mail: seminarios_ibre@fgv.br
Promoção: FGV Energia

Cenários FGV

25 de março de 2004
Av. 9 de Julho, 2029 - Auditório
Informações: (21) 2559-5480 ou
pelo e-mail: seminarios_ibre@fgv.br
Promoção: IBRE/ EAESP – GV Prevê

Governança Corporativa

28 de abril de 2004
09h às 17h
Praia de Botafogo, 190 – 8º andar – Auditório
Botafogo – Rio de Janeiro
Informações: (21) 2559-5487 ou
pelo e-mail : rechtman@fgv.br
Promoção: IBRE

Metodologia Nova Estrutura: Reinventando sua empresa

31 de março de 2004
09h às 17h
Praia de Botafogo, 190 – 8º andar – Auditório
Botafogo – Rio de Janeiro
Informações: (21) 2559-5487 ou
pelo e-mail : rechtman@fgv.br
Promoção: IBRE

ASSESSORIA DE MARKETING

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

IBRE

Instituto Brasileiro de Economia

ABRE ASPAS:

EVARISTO MACHADO NETTO, presidente da OCESP

Gestão profissional recupera prestígio da cooperativa

ERUNO BLECHER
da REDAÇÃO



Depois de enfrentar uma forte crise na passagem dos anos 80 para os 90, as cooperativas agropecuárias brasileiras conquistaram novos parceiros no campo entre os produtores e iniciaram planos de expansão.

"As cooperativas foram obrigadas a se adaptar às regras do mercado, que exigem transparência no balanço, números realistas, auditoria e pontualidade. Com gestão profissional, o sistema cooperativista recuperou a sua credibilidade", diz Evaristo Machado Netto, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo.

Em entrevista à Agroanalysis, Machado Netto falou sobre as tendências do cooperativismo e destacou os excelentes resultados apresentados pelas cooperativas de São Paulo em 2003.

Agroanalysis - *As cooperativas agrícolas enfrentaram uma forte crise no início dos anos 90. Como conseguiram se recuperar?*

Evaristo Machado Netto - A cooperativa nada mais é do que a extensão dos seus cooperados. E, dessa forma, ela reflete o que está acontecendo com a agricultura. Está certo que a cooperativa é uma ferramenta que ajuda a desenvolver e a apoiar a atividade agropecuária, mas ela não consegue salvar a agricultura. Os produtores que são ligados às cooperativas ganham uma certa proteção. Em algumas fases da história da agricultura brasileira, o governo, por razões diversas, se retirou completamente do setor. Houve uma época em que o governo

tinha uma presença muito forte na agricultura, principalmente na extensão rural. Quando o governo se afastou, quem estava associado a cooperativas não sofreu grande impacto. Assim, a cooperativa acaba substituindo o papel do Estado em áreas importantes, como assistência técnica, fornecimento de sementes e crédito rural. Veja o exemplo do crédito rural. O próprio Ministério da Agricultura reconhece que o governo supre apenas 30% da necessidade de financiamento na agropecuária. De onde vem os 70%? Do bolso do próprio produtor, das cooperativas e das multinacionais. As cooperativas desenvolveram uma série de ferramentas para financiar a agricultura, como a soja verde.

Agroanalysis - *As quebras de cooperativas agrícolas no final da década de 80 e início dos anos 90, inclusive da Cooperativa Agrícola de Cotia, deixaram uma forte desconfiança em relação ao sistema.*

Machado Netto - A Cotia quebrou porque tentou substituir o papel do Estado. Ora, isso não dá. Quando a Cotia estava enfrentando a sua pior crise, ela mantinha duas ou três escolas rurais e cerca de quatro assentamentos espalhados pelo país. A Cotia também entrou na área de agregação de valor, que é um negócio extremamente delicado e perigoso. Não é só agregar valor, você tem que desenvolver marcas, investir em marketing e em propaganda, que é caríssimo. Isso não faz parte do negócio da cooperativa. Ela deve sim se preocupar com o cooperado. O que uma cooperativa deve buscar é dar condições para que o seu cooperado ganhe dinheiro. Esse é o seu verdadeiro papel. Ela não deve ficar preocupada em ter o melhor preço na compra ou na venda, mas sim fazer com que o seu cooperado tenha sucesso. A cooperativa deve ter armazenagem, financiamento, tecnologia e informação de boa qualidade para passar para o produtor. Uma das grandes vantagens do cooperado é receber informação de boa qualidade. Se o produtor está ligado a uma cooperativa, ele recebe informação correta e tem orientação.

"Hoje as cooperativas transformam suas sobras em crescimento. Os dados da Ocesp indicam um aumento de 30% na movimentação financeira em 2003, se comparada a 2002"

Agroanalysis - *Como está a saúde financeira das cooperativas rurais ?*

Machado Netto - As cooperativas hoje estão sólidas. Em 2002, a rentabilidade mediana das cooperativas, segundo mostra uma pesquisa realizada pela FGV, alcançou 10,4%, a maior já registrada nos nove anos de existência do estudo. E o ano passado foi até melhor para as cooperativas agropecuárias. Tudo indica que 2004 será mais um ano de bons resultados. O produtor rural está mais capitalizado, o que vai permitir a expansão das cooperativas. Hoje as cooperativas transformam suas sobras em crescimento. Os dados preliminares da Ocesp indicam um aumento de 30% na movimentação financeira das cooperativas agropecuárias de São Paulo, em relação a 2002. As cooperativas brasileiras estão crescendo, inclusive em número de cooperados. Elas devem se tornar mais sólidas. Também devem surgir novas cooperativas no Brasil, principalmente na região Centro-Oeste, em Estados como Mato Grosso e Goiás.

Agroanalysis - *Com o sucesso do agronegócio nos últimos anos, as cooperativas conseguiram recuperar seu prestígio?*

Machado Netto - Em matéria de cooperativa, a cooperação se dá tanto no sucesso quanto na crise. Quando uma cooperativa grande, como foi o caso da Cotia, enfrenta uma crise, acaba contaminando todo o sistema. Veja agora o caso da Parmalat. Se em vez de uma grande companhia multinacional, a Parmalat fosse uma cooperativa, o sistema todo já estaria quebrado. Foi o que aconteceu com a Cotia. A crise se irradiou para todo o sistema e gerou um clima de desconfiança em relação ao cooperativismo. Mesmo porque a Cotia era uma espécie de símbolo do cooperativismo. E a crise da Cotia explodiu exatamente em um período de dificuldades na agricultura brasileira. Diante da falta de financiamento, as cooperativas se endividaram para manter a agricultura funcionando no país. A globalização hoje mostra a importância da cooperativa. O produtor rural não está mais disputando com o seu vizinho, mas com o mundo. Ou seja, ele precisa estar unido e associado à uma cooperativa que mantém seu próprio terminal no porto ou tem uma parceria com uma multinacional. A mesma coisa acontece em relação ao acesso à tecnologia. Por maior que você seja, o avanço da tecnologia hoje é tão violento que, sozinho, você não consegue acompanhar.

Agroanalysis - *E a gestão das cooperativas ? Está mais profissional?*

Machado Netto - As cooperativas hoje se preocupam com a distribuição de sobras para os cooperados. Como elas tiveram a necessidade de buscar recursos no mercado, foram obrigadas a se adaptar às regras do mercado, que exigem transparência no balanço, números realistas, auditoria e pontualidade. As cooperativas se adaptaram aos novos tempos e recuperaram a sua credibilidade. A tal ponto, que as grandes cooperativas es-

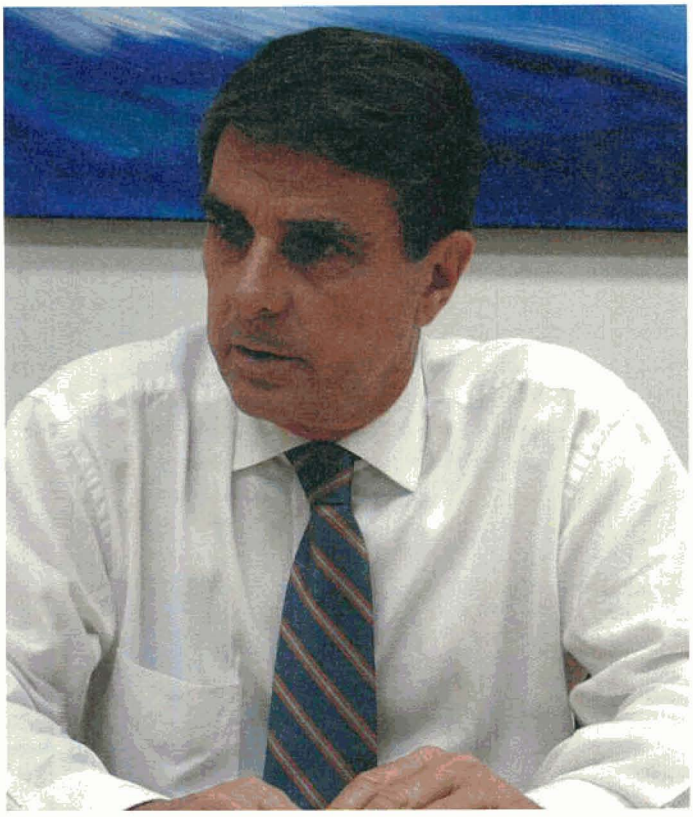
tão sendo auditadas por empresas internacionais. Foi exatamente esta mudança de perfil, de deixar de ser cliente do Banco do Brasil para ser cliente do mercado, de trabalhar na bolsa e fazer hedge, que levou as cooperativas a se profissionalizarem. Organizações de cooperativas, como a Ocesp e a Ocepar, investem na capacitação de recursos humanos. No caso de São Paulo, nós temos MBAs para agronegócio, ministrados pela Usp de Ribeirão Preto. Temos promovido também programas de lideranças rurais.

Agroanalysis - *O fato de o atual ministro da Agricultura ser um cooperativista histórico e o presidente da República ser um ex-sindicalista também simpático ao cooperativismo ajuda?*

Evaristo Machado Netto - O presidente Lula tem uma visão de cooperativismo ligada ao pequeno produtor rural. Já a visão do ministro é mais empresarial. De certa forma, isso é positivo, porque são visões que se completam. E pelo que a gente sabe, o ministro tem um bom relacionamento com o presidente. O cooperativismo é uma organização de empreendedores. As pessoas se juntam para resolver um problema social através do econômico. A cooperativa faz as pessoas crescerem, e quando você cresce, você se realiza e não precisa mais do Estado. Começa a ter independência. O cooperativismo não tem nada de programa Fome Zero. Pelo contrário, o cooperativismo estimula a pessoa a virar empreendedor. Não se trata de assistencialismo, de se juntar para ficar mais forte ou para chorar junto. O cooperativismo aponta a alternativa, a porta de saída.

"A cooperativa faz a pessoa crescer, e quando você cresce, você se realiza, torna-se independente e não precisa mais do Estado"

Agroanalysis - *Anos atrás a imagem do produtor rural era a de um sujeito chorão, que vivia pedindo ajuda do governo. Hoje, a imagem é bem diferente. Com o sucesso do agronegócio, o produtor rural é visto como um empresário moderno e competente.*



Evaristo Machado Netto - Esta história é bem antiga. Ela começa nos anos 30, quando o Brasil era um país rural e tinha 80% da população no campo. Naquele tempo, mais de 50% da receita do país provinha das atividades rurais, principalmente do café. Aí resolveram transformar o Brasil em um país urbano e industrial. Para fazer isto, era necessário tirar gente no campo e trazer para cidade. Mais do que isto: pegar a renda rural e investir na cidade. E fizeram isto muito bem-feito. Tanto que se criou um preconceito contra o agricultor e o homem do campo.

Agroanalysis - *Quais as lições que o agronegócio brasileiro deve tirar da atual crise da Parmalat?*

Evaristo Machado Netto - A primeira lição é que não existe milagre. Ninguém faz aquilo que a Parmalat quis fazer nos últimos dez anos. Ninguém chega comprando todo mundo, pagando o melhor preço e fazendo todo aquele sucesso. Alguma coisa estava errada. Mas todo mundo, inclusive a imprensa, comeu bola neste caso. A outra lição é para a sociedade urbana, que precisa perceber que leite não se faz em caixinha. A sociedade está agora preocupada se vai desaparecer o leite de caixinha. E, na verdade, isto não vai acontecer nunca, porque a produção da Parmalat vai ser substituída por outra empresa ou por uma cooperativa. O consumidor não vai ser prejudicado. Pelo contrário, é capaz de ser beneficiado. ■

Temporada de decisões

Este ano terá uma agenda marcada de implicações importantes para as cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. Em seu primeiro ano de gestão, o governo Lula encontrou em 2003 o setor em estado eufórico de ânimo. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária, Roberto Rodrigues, soube conduzir com muito conhecimento e lucidez os problemas emergentes, sem deixar que a atividade perdesse o ritmo de crescimento. A Agroanalysis apresenta matérias sobre os assuntos em pauta no cenário do agribusiness.

Em dezembro último houve a aprovação da Lei de Seguro Rural e da Lei dos Produtos Orgânicos, enquanto a complexa Lei de Biossegurança foi enviada pelo Executivo ao Congresso. A sua aprovação deverá ocorrer ainda no primeiro trimestre. O assunto é polêmico no mundo todo e aqui no Brasil não é diferente. Até mesmo a renitente União Européia começa ceder frente às perspectivas que a biotecnologia abrem para a humanidade. Um arcabouço institucional sobre a matéria é imprescindível para qualquer nação, principalmente para o Brasil, que tem no sistema de alimentos, fibras e energia renovável a sua grande vocação competitiva.

Na parte internacional, as reuniões sobre a Rodada de Negociação de Doha continuam na Organização Mundial do Comércio, com o cronograma de ser completada até o final do ano. A agricultura é um dos pontos mais sensíveis das discussões. O mesmo acontece com a Associação Latina Americana de Comércio Exterior (ALCA) e o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL). A diplomacia nacional será colocada a toda prova. Agora em janeiro a Cláusula de Paz, de acordo com a Rodada Uruguai, deixa de existir e as sua implicações são interessantes.

Da parte de comércio internacional, as expectativas são de mais um exercício promissor. O saldo comercial teve outro recorde em 2003. As divisas proporcionadas pelo agribusiness têm sido uma das espinhas dorsais da economia brasileira. O registro da doença da vaca louca nos EUA e as estiagens na UE, EUA e China reduziram a oferta de commodities relevantes e as suas cotações ganharam firmeza nas principais bolsas. Um grande espaço foi aberto para o Brasil ocupar com suas exportações.

Dentre os desafios da agricultura nacional, se destaca cada vez mais a questão da sanidade, sempre com um certo grau de vulnerabilidade, principalmente para um país de dimensão continental e com uma larga fronteira externa. Muitos esforços precisam ser empenhados na vigilância sanitária, inclusive com o apoio máximo da iniciativa privada. As recentes doenças constatadas nos mais diferentes países segmentam o mercado internacional, principalmente nas carnes. A vaca louca e a febre aftosa são exemplos das diferenças impostas pelos países importadores nas transações da carne bovina.

À medida em que as exportações nacionais crescem e se esparramam pelo planeta, as cadeias produtivas sofrerão mais exigências. Os conceitos ligados a qualidade, rastreabilidade, sustentabidade, certificação, conformidade, entre outros, precisam ser harmonizados. É necessária uma linguagem única na interlocução do Brasil com os demais países. O Programa Integrado de Frutas é um passo nesse sentido.

Se o Protocolo de Kyoto não conta com a aprovação dos EUA e aguarda a ratificação da Rússia para entrar em vigor, algumas empresas brasileiras se antecipam, preparando projetos enquadráveis no mecanismo de desenvolvimento limpo para receber de países desenvolvidos créditos de carbono.

Quanto ao desenvolvimento regional, as agências mudam de enfoque e passam a priorizar recursos para projetos baseados nos arranjos produtivos locais. Trata-se de um conceito mais amplo e abrangente a ser incorporado nas políticas fundiárias. Ao encontro dessa tendência, a Universidade de Brasília desenvolveu um trabalho interessante sobre o diagnóstico e aproveitamento das potencialidades do setor primário na região.

Na atividade leiteira, diante de sua longa conjuntura de dificuldade econômica, muitas indagações são levantadas quanto à importância da tecnologia para melhorar a rentabilidade da exploração. Na simulação de três granjas, em estágios diferentes de tecnologia, conclusões interessantes sobressaem quando são feitas comparações entre elas. Embora 2003 tenha trazido um oxigênio para a bovinocultura de leite, no presente ano poderão aparecer surpresas.

Para o café, com quebra na safra nacional, o Brasil perderá participação nas exportações. No setor, é fundamental a incorporação de ferramentas mercadológicas para sair do tradicional curso de embarcar matérias-primas de baixo valor agregado. Ou seja, ter maior receita no bolo faturado pelo agronegócio. Na condição de líder mundial na produção e exportação, há condições para o País melhorar o seu desempenho e desenvolver empreendimentos mais inovadores e criativos.

Uma boa leitura. ■



AGROANALYSIS Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano
DIRETOR DO IBRE/FGV: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles
CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano
EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfouri Aidar
EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza
FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO:
REDATOR: Bruno Blecher
ARTE: Paulo Victor de Melo e Luciana Carranca
SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: André Cascardo, Sandra Nunes Brito e Rogério César de Souza
PUBLICIDADE - Contato comercial: Rogério César de Souza, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: rsouza@fgvsp.br. Representantes comerciais: Rio - Milla de Souza; telefax: (21) 2221-0088, 2252-5788, e-mail: milla@tnunvirato.com.br; São Paulo: Ponto 4 Propaganda Ltda., R. Harmonia, 908, S. Paulo, SP, 05435-000, tel.: (11) 3816-0328, www.ponto4.com.br, e-mail: cassio@ponto4.com.br, amilcar@ponto4.com.br; Rio Grande do Sul - Ararê Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423, fax: (51) 337-4262. Brasília (DF) - Joaquim Barroncas: SIG Quadra 8, Lote 2345, Sala 104, Zona Industrial, CEP 70.610-480, tel.: (61) 9972-0741, e-mail:joaquimbarroncas@ig.com.br.
CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Rogério César de Souza. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 / 3269 / 7915, fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br
PONTOS DE VENDA: São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 - tel.: (11) 281-7875; Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
DIRETOR-GERAL: José Affonso Fausto Barbosa
DIRETOR DE OPERAÇÕES-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

CONSELHO DIRETOR
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Emane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella
SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Geraldo José Carbone, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR
PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio
VICE-PRESIDENTE: Klabin Irmãos & Cia (Pedro José da Matta Machado)
VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Pedro Grossi Júnior (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Luis Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Tácito Naves Sangiard (Associação de Bancos do Estado de São Paulo)
SUPLENTES: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.), Gilberto Duarte Prado, Oscar Augusto de Camargo Filho (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.).

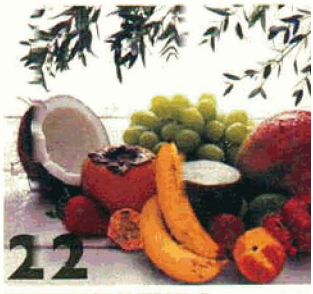
CONSELHO CONSULTIVO
Daniel Dantas, Eliezer Batista, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Estado de Minas Gerais, Roberto Gusmão

4
ABRE ASPAS: EVARISTO MACHADO NETTO
Gestão profissional recupera prestígio das cooperativas
O presidente da Ocesp comenta os novos caminhos do cooperativismo no Brasil.
BRUNO BLECHER



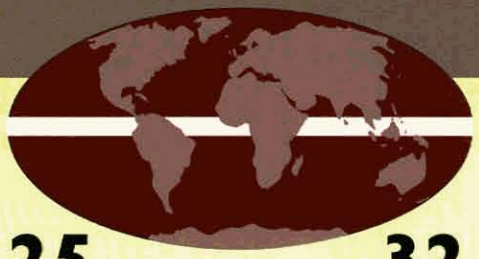
19
PECUÁRIA
Vaca louca chega aos EUA
Caso da doença é registrado no rebanho mais rico do mundo.

12
PANORAMA GLOBAL
Três frentes de negociação
Eliminação dos subsídios pode aumentar em US$ 1,5 trilhão em dez anos a receita dos países em desenvolvimento.
LUIZ ANTONIO PINAZZA E MÔNICA BERGAMASCHI



22
FRUTICULTURA
O sucesso da produção integrada
Sistema mostra resultados positivos e deve provocar um salto no segmento.
JOSÉ ROZALVO ANDRIGUETO e ADILSON REINALDO KOSOSKI

16
COMÉRCIO EXTERIOR
Agronegócio garante saldo comercial
Em 2003, mais uma vez o setor traz resultados externos espetaculares para a economia brasileira.



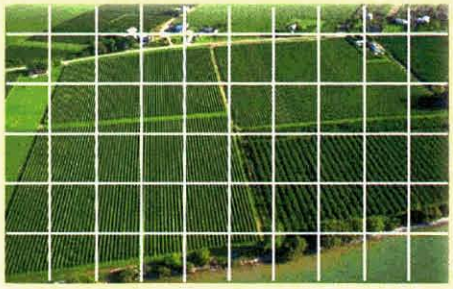
25
CAFÉ
Sem medo da concorrência
Cabe ao Brasil abocanhar uma fatia maior neste negócio de US$ 7,5 bilhões/ano.
ANDRÉ MATIELLI e ARMANDO MATIELLI

32
AGRICULTURA ENERGÉTICA
Nas ruas da Europa
A União Européia sa na frente com o biodiesel, que tem a simpatia cos consumidores.





36
BIOTECNOLOGIA
Na reta final
Depois de muita polêmica, a Lei de Biossegurança deve ser discutida e votada nos próximos meses.



27
LEITE
Em busca do lucro
Comparamos custos e rentabilidade de um produtor em três graus de tecnologia (baixo, médio e alto).
MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA, ALCIDES DE MOURA TORRES JR e FABIANO RIBEIRO TITO COSTA

40
MERCADO FUTURO
Projeção para a agropecuária
Balanço de 2003 e expectativas para 2004
FELIX SCHOUCHANA e FABIANA S. PEROBELLI

45
REFORMA AGRÁRIA
Novo horizonte para o desenvolvimento rural
Os arranjos locais amenizam problemas sociais e ganham força
LUIZ ANTONIO PINAZZA

47
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Modernizar o setor primário
Estudo da academia levanta informações para o desenvolvimento sustentável da agricutura do Distrito Federal
JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS

31
AGROQUÍMICOS
Em pról do meio ambiente
InPev mobiliza vários elos do agronegócio e recolhe mais de 7.500 toneladas de embalagens vazias
JOÃO CESAR RANDO

43
LEGISLAÇÃO
Quem paga a conta?
O mercado tende a redistribuir o custo da reforma tributária
LUIZ AUGUSTO GERMANI



50
TENDÊNCIAS
Relatório do Usda agita o mercado

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getúlio Vargas.

AGRO

Superávit no pescado



Já em novembro de 2003, as exportações brasileiras de pescados (US$ 381 milhões) bateram o valor alcançado em 2002 (US$ 334 milhões). As importações somaram US$ 170 milhões no mesmo período, o que resultou em superávit de cerca de US$ 211 milhões.

Cooperativas em alta

Levantamento da Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná) revela que o faturamento conjunto das cooperativas agropecuárias paranaenses alcançou R$ 9,7 bilhões em 2003, 38,6% a mais do que em 2002 (R$ 7 bilhões). As sobras (lucros) distribuídas aumentaram 31,1%, saltando de R$ 352,99 milhões para R$ 462,8 milhões. O número de cooperativas no Paraná também cresceu, de 64 para 68, assim como o número de cooperados, de 90 mil para 99 mil.

Grife do churrasco

A Montana Grill Express, franquia de grelhados que tem entre os seus sócios a dupla Chitãozinho & Xororó, pretende ampliar de 16 para 40 o número de lojas neste ano. "O nosso foco principal é o crescimento em shopping", diz Clóvis Cabrino Júnior, sócio da Montana. "Estamos otimistas. O movimento nos shopping tem melhorado. O objetivo da rede é montar unidades nas capitais e em cidades do interior de São Paulo com mais de 400 mil habitantes. O cardápio da franquia também será renovado com o lançamento do filé mignon Montana e o filé de peixe (merluza).

Aurora no leite

A Coopercentral Aurora, um dos dez maiores grupos agroindustriais do país, pretende ingressar no mercado de leite. A decisão integra o planejamento estratégico da empresa, que atua há 35 anos nos mercados de carne suína, carne de frango e de sucos concentrados. No Oeste de Santa Catarina e no Noroeste do Rio Grande do Sul, regiões que concentram a maior parte da base produtiva da Aurora, as cooperativas produzem 1 milhão de litros/dia.

Tapando buraco

O governo federal deve investir R$ 200 milhões na recuperação de estradas para melhorar o escoamento da próxima safra. A Conab elaborou um estudo apontando os trechos críticos das principais estradas federais usadas para escoar a safra. Os problemas estão concentrados em cinco estradas federais: BR-163 (PA-RS), BR-364 (AC-SP), BR-242 (MT-BA), BR 116 (CE-RS) e BR-153 (PA-RS).

PIRATARIA

50%

das vendas de sementes de soja na Argentina não respeitam as regulamentações sobre proteção de patentes em vigor no país, segundo dados da Monsanto

Novas câmaras

O Conselho do Agronegócio (Consagro), órgão ligado ao Mapa, planeja criar mais 12 câmaras setoriais neste ano: cacau e sistemas florestais renováveis, agricultura orgânica, mandioca, caprinos e ovinos, insumos agrícolas, borracha, café e derivados, crédito rural, sericultura, cachaça, arroz e algodão. No ano passado, foram instaladas 13 câmaras. Informações sobre câmaras setoriais ou temáticas estão disponíveis no site do Mapa (www.agricultura.gov.br), no link câmaras setoriais.

Tomate na Internet

Dicas sobre a compra e conservação da hortaliça, artigos técnicos e orientação aos produtores são alguns dos temas da página sobre tomate que a Faculdade de Engenharia Agrícola, da Universidade Estadual de Campinas, lançou na Internet. A produção anual brasileira é estimada em 3 milhões de toneladas, dos quais 77% destinam-se ao mercado in natura. Segundo Marcos David Ferreira, professor da Feagri, o consumidor manifesta insatisfação com o produto disponível no mercado. Uma pesquisa de opinião realizada pela faculdade com consumidores em pontos-de-venda revelou que 95% dos compradores reclamaram da qualidade do tomate.



www.agr.unicamp.br/tomates

D R O P S

A G E N D A



SHOW RURAL: A Coopavel inicia, dia 9 de fevereiro, o Show Rural, em Cascavel (PR), com demonstrações de atividades agrícolas, pecuárias e de meio ambiente. Tel. 0/xx/45/220-5010. (www.showrural.com.br)

FITOPATOLOGIA: Congresso Paulista de Fitopatologia, dia 10 de fevereiro, organizado pelo Instituto Agronômico, em Campinas (SP). Tel. 0/xx/19/3231-5422. (www.iac.sp.gov.br)

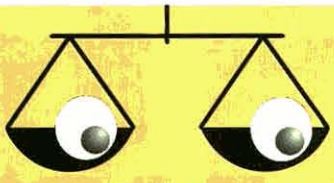
ORGÂNICOS: BioFach, em Nuremberg (Alemanha). A feira, que começa em 19 de fevereiro, é considerada pelo mercado como a mais importante em produtos orgânicos. (www.biofach.de)

BEM-ESTAR ANIMAL: Conferência Mundial sobre Bem-Estar Animal, dia 23 de fevereiro, em Paris (França). (www.oie.int)

SOJA: Conferência Mundial de Pesquisa de Soja começa dia 29 de fevereiro, em Foz do Iguaçu (PR). Tel. 0/xx/43/3371-6336. (www.embrapa.br)

1,3 milhão

é o número de empregos que o agronegócio brasileiro deverá gerar este ano, segundo previsão do Mapa, com base em projeções feitas pelo BNDES.



DE OLHO NA LEI

• **SEGURO RURAL -** Sancionada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei do Seguro Rural (10.823, de 19 de dezembro de 2003) estabelece um seguro de produção, e não de crédito.
O novo instrumento da política agrícola brasileira assegura a diferença entre a estimativa de safra do produtor e a colheita efetiva, em casos de quebras provocadas por problemas climáticos.

• **AGRICULTURA ORGÂNICA -** A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, cria novas regras e diretrizes básicas para os produtos orgânicos. O novo texto define o que é produção orgânica e tenta acabar com a confusão de conceitos, rótulos e marcas. O sistema orgânico abrangerá os denominados produtos ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos, agroecológicos e da permacultura (agricultura orgânica sustentável).

• **FEBRE AFTOSA -** O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, assinou portaria no dia 15 de janeiro de 2003 declarando como área livre de febre aftosa com vacinação o Estado do Acre, 43 municípios do centro-sul do Pará e outros dois (Guajará e Boca do Acre) do Amazonas. Estas regiões têm um rebanho de 13 milhões de cabeças de gado. Com isso, sobe de 152 para 165 milhões o número de animais livres da doença no país, representando cerca de 90% do rebanho brasileiro, estimado em 183 milhões de cabeças.

Informações para Agrodrops podem ser enviados pelo e-mail : brunoblecher@uol.com.br

Três frentes de negociação

Eliminação do subsídio agrícola pode aumentar em US$ 1,5 trilhão a receita dos países em desenvolvimento, mas a resistência é enorme

LUIZ ANTONIO PINAZZA
MÔNICA BERGAMASCHI

Alguns especialistas asseveram que a rodada de negociações lançada em Doha, 2001, no Catar, não afundou na Quinta Conferência Ministerial da OMC, de Cancún (setembro 2003), mas as velas do barco ficaram sem vento. Outros afirmam que a experiência de negociação multilateral é ampla demais para produzir resultados. Existem grandes impasses entre EUA + UE e G-20. Se a proposta em favor de eliminar o subsídio agrícola poderá ajudar a aumentar a receita do mundo em desenvolvimento em cerca de US$ 1,5 trilhão na próxima década, a resistência dos países desenvolvidos em aceitá-las ainda é enorme.

O esboço preparado pelo chanceler mexicano Luis Ernesto Derbez não chegou a ser discutido em Cancún, mas foi muito criticado pelo G-20. O encontro da OMC, no final de 2003 em Brasília, procurou minimizar os efeitos negativos de Cancún e

TEMAS	EUA + EU	G-20
Subsídios às exportações	Preserva boa parte dos subsídios para exportação e pretende definir apenas em um segundo momento como se dará a eliminação total desses mecanismos	Eliminação gradual de todos os benefícios, disciplina dos créditos à exportação e da ajuda alimentar para impedir subsídios disfarçados
Subsídios a apoio direto aos produtores	Concessão de pagamento diretos aos agropecuaristas proporcional à área plantada	Fim do apoio financeiro direto, vinculado à área plantada e fixação de um teto para os subsídios permitidos
Acesso a mercados	Redução das tarifas de importação de forma diferenciada para categorias de produtos e manutenção das cotas tarifárias e salvaguardas	Redução das tarifas de importação e aumento do volume de produtos incluídos nas cotas tarifárias. Alíquota zero para produtos tropicais.

O que o Brasil defende na ALCA
Assimetria econômica - criação de um mecanismo financeiro para ajustar a integração, como o usado na UE para integrar Portugal e Espanha antes da unificação européia
Eliminação de barreiras - nos setores competitivos como agribusiness, têxteis, calçados, móveis, cerâmica, automóveis, serviços ligados à informática, construção civil, serviços recreacionais e culturais
Antidumping - garantias de que as medidas de defesa comercial não impeçam acesso efetivo aos mercados
Indústria - além das barreiras tarifárias, quer discutir também medidas fitossanitárias, a nova legislação anti-terrorismo, os procedimentos aduaneiros e de facilidade a comércio
Regras - mecanismo de solução de controvérsias, regras de origem e padronização dos procedimentos aduaneiros
Investimentos - prever proteção para investimentos estrangeiros, mais transparência e uma lista de setores com garantis de tratamento nacional.

colocar novamente em 2004 aquele texto.

Um trunfo a favor do Brasil e do Mercosul consiste no fato de ter expirado em 31 de dezembro de 2003 a Cláusula da Paz, firmada na Rodada Uruguai, segundo a qual os países em desenvolvimento abrem mão da possibilidade de ingressar com painéis na OMC para discutir subsídios à agricultura.

Para 2004, aparecem algumas complicações. Os EUA passam por eleições presidenciais e tendem a pressionar ainda mais a realização de acordos bilaterais negociados com outros países e regiões, a exemplo que fizeram com os países andinos. A UE vai absorver outros dez novos membros e o mandato da atual equipe de autoridades expira no final do ano. China, Índia, Brasil e Japão podem se mover para acordos bilaterais e regionais de livre comércio. O cumprimento da rodada Doha até o final do ano ainda é uma dúvida.

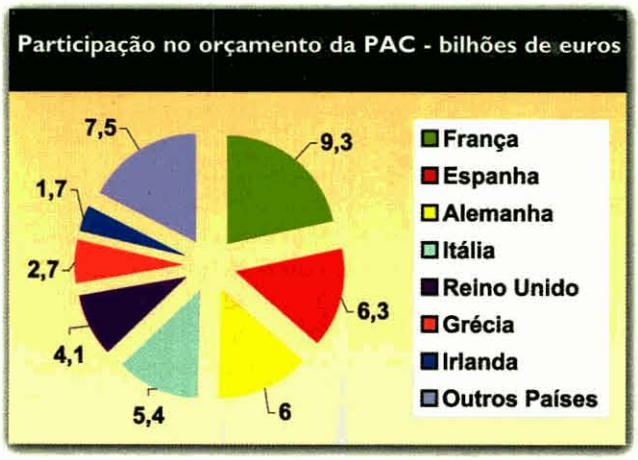
O Mercosul e a UE firmaram um programa de trabalho, a ser acrescentado às dez já realizadas e a mais duas reuniões ministeriais, que prevê cinco rodadas de negociação (Bruxelas - dezembro de 2003; Buenos Aires - fevereiro de 2004, Bruxelas - abril de 2004, México - maio de 2004 e Buenos Aires - junho de 2004). As partes pretendem desenvolver um amplo acordo com acesso a mercados de bens e serviços, compras governamentais e investimento, bem como normas e regulamentos dessas e de outras como medidas de natureza sanitária e fitossanitária, acordo sobre vinhos e bebidas destiladas, concorrência e direitos de propriedade intelectual.

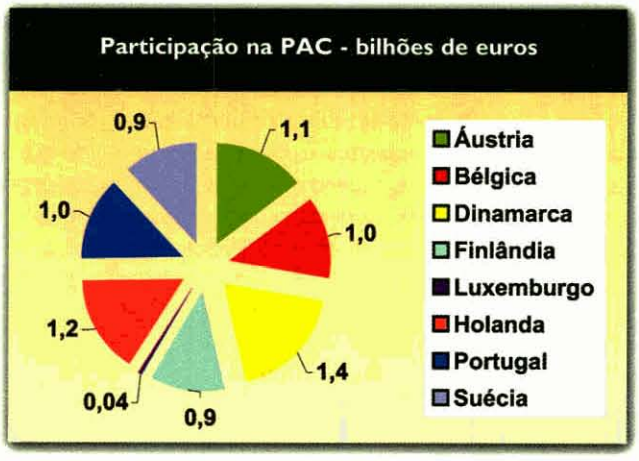
Na ALCA, mesmo depois dos EUA recusarem discutir os subsídios à agricultura e a legislação antidumping, o Mercosul defende propostas baseadas nas regras da OMC, que levem em conta a assimetria entre os países envolvidos na integração.

O encontro da ALCA, em novembro de 2003, em Miami, deixou espaço para a conclusão das negociações até final de 2004, com a assinatura do tratado em janeiro de 2005, o exame dos Congressos para fins de ratificação durante o ano e sua vigência a partir de 2006.

Porém, as dificuldades políticas e técnicas a serem superadas são grandes, tanto na definição de regras e disciplinas, quanto nos entendimentos na área de acesso a mercado. A proposta de ALCA "a la carte", difere da ALCA "light", onde alguns temas ou sub-temas são remetidos para a OMC , com a manutenção de um projeto comum para o hemisfério e o desenvolvimento de uma negociação mais leve, equilibrada e factível.

A proposta de seguir "três trilhos" (OMC, ALCA e Bilaterais) é arriscada num mundo onde há 192 países na ONU e 189 blocos econômicos registrados na OMC (150 apareceram nos últimos 10 anos e ainda há outros 80 latentes), dos quais a maioria não tem expressão econômica. Uma ALCA "a la carte", enquanto opção por negociações desvinculadas por tema e países, pode gerar uma profusão de acordos simultâneos e desconectados no hemisfério, se os países tenderem a acordos bilaterais e sub-regionais. As decisões começam a ser testadas e implementadas nos grupos técnicos de negociação, na reunião de fevereiro próximo, em Puebla (México). ■





Menos protecionismo na Europa

Os Ministros da Agricultura dos países membros da UE, depois de três tentativas frustradas, decidiram interromper os subsídios baseados na produção. Os pagamentos serão de acordo com o tamanho da propriedade rural. A medida, aprovada em junho de 2003, será aplicada entre 2007 e 2013.

O comissário da Agricultura Franz Fischler acredita que as medidas facilitam o entendimento na OMC e incitou os EUA a seguirem no mesmo caminho. Existe uma nítida preocupação dos europeus com a Farm Bill promulgada em 2002, que autoriza subsídios de US$ 180 bilhões nos próximos dez anos.

O fim da Cláusula da Paz



LEANDRO ROCHA DE ARAÚJO
MARCOS SAWAYA JANK

O Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai (AARU), em vigor desde 1995, conferiu aos subsídios agrícolas domésticos e à exportação uma melhor disciplina na OMC, estabelecendo para eles limites e compromissos de redução. O Art. 13 do AARU fixou, contudo, uma séria restrição ao questionamento desses subsídios por meio de painéis perante a OMC, bem como restringiu também a aplicação de medidas compensatórias pelos seus membros, conferindo relativa proteção aos programas de subsídios agrícolas. Este dispositivo foi denominado "Cláusula de Paz". O AARU previu um período de vigência de nove anos para esta Cláusula, a contar de 1995.

Com o fim da Cláusula de Paz, ocorrido em 31 de dezembro último, houve uma reorganização jurídica das normas que incidiam sobre o questionamento dos subsídios agrícolas, permitindo que dispositivos legais relativos a outros acordos da OMC, que não o Acordo sobre Agricultura, passassem a regular a matéria, como por exemplo o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT 1994).

Desse modo, para os subsídios acionáveis perante as normas mencionadas anteriormente, o que inclui os diversos tipos de subsídios agrícolas, são possíveis dois tipos de solução: (1) abertura de um painel perante a OMC; e (2) imposição de medidas compensatórias.

Em relação a painéis na OMC relacionados a subsídios agrícolas, tais demandas deverão comprovar a existência do subsídio e sua especificidade, ambos nos moldes fixados pelo ASMC. Além disso, deve haver a comprovação dos seguintes efeitos decorrentes dos subsídios agrícolas (Art. 5 do ASMC): (1) dano à indústria nacional; (2) anulação ou limitação de benefícios de concessões tarifárias; e (3) existência de "grave prejuízo" aos interesses de outro membro.

Ressalte-se que a comprovação desses requisitos é extremamente complexa e depende da utilização de sofisticados modelos econométricos, os quais por terem sido elaborados no exterior muitas vezes não se adequam à realidade brasileira.

Algodão

É importante mencionar ainda que o caso do algodão na OMC, um painel que foi aberto por demanda do Brasil contra os subsídios agrícolas norte-americanos (US-Cotton, DS 267), servirá como importante precedente para painéis futuros que venham a apreciar o uso de subsídios agrícolas na OMC. Além do questionamento perante à OMC, estarão os subsídios sujeitos à imposição de medidas compensatórias.

A OMC classifica os diversos subsídios agrícolas domésticos em três grupos: Caixa Verde, Caixa Amarela e Caixa Azul. Com o fim da Cláusula de Paz, os subsídios da Caixa Verde (programas ambientais, pagamento direto, ajuda alimentar, etc.), que antes estavam "imunes" a qualquer questionamento perante a OMC ou por meio de medidas compensatórias poderão se tornar acionáveis, desde que sejam observados os requisitos legais apresentados no ASMC e no GATT 1994.

Já as Caixas Amarela (políticas de apoio interno vinculadas à produção) e Azul (políticas de apoio interno relacionadas à limitação da produção) trarão como maior inovação a possibilidade de questionamento desses subsídios perante a OMC, sem a ne-

cessidade de se observar as restrições anteriormente estabelecidas pela Cláusula de Paz, o mesmo ocorrendo com as medidas compensatórias. Em ambos os casos somente deverão ser observados os próprios requisitos previstos no ASMC e no GATT 1994.

Processo lento

Os subsídios à exportação são reconhecidos como um dos mecanismos mais distorcivos ao comércio utilizados pelos Estados no comércio internacional. Em uma análise mais detalhada do AARU e do ASMC, verifica-se que estes subsídios continuarão sendo permitidos após o fim da Cláusula de Paz, apesar de sua proibição para os bens não-agrícolas, desde que não ultrapassem os valores fixados nas listas de compromissos dos membros.

Contudo, a grande inovação concernente aos subsídios à exportação reside na possibilidade de seu questionamento perante a OMC, sem as restrições estabelecidas pela Cláusula de Paz. Além disso, não mais haverá restrições à imposição de medidas compensatórias. É importante ressaltar que em ambos os casos deverão ser observados os requisitos e disposições do ASMC. Por isso, será de enorme relevância o estudo dos impactos dos subsídios à exportação europeus conferidos a lácteos, açúcar, carne e cereais.

Desse modo, o fim da Cláusula de Paz significa um pequeno impulso no lento processo de liberalização do comércio agrícola mundial. Políticas de subsídios distorcivas ao comércio de bens agropecuários poderão ser contestadas em painéis na OMC ou por meio de medidas compensatórias, sem as restrições impostas pelo Art. 13 do AARU.

Neste contexto, a utilização desta nova possibilidade poderá favorecer sobremaneira os países mais competitivos no comércio agrícola internacional, como os países do Grupo de Cairns, os quais estarão aptos a buscar uma redução das medidas restritivas que distorcem o comércio.

É importante ressaltar que não será tarefa fácil a satisfação dos requisitos necessários para o sucesso na demanda, principalmente no que se refere à especificidade do subsídio, à comprovação do "dano" ou do "grave prejuízo" e o nexo causal entre ambos, o que pode trazer grandes dificuldades para o acionamento de subsídios na OMC. Por fim, é importante ainda mencionar a importância crucial do painel do algodão (DS 267) no contexto do questionamento dos subsídios agrícolas, o qual poderá elucidar a forma como a OMC tratará eventuais demandas relacionadas a esses subsídios. ■

ONDE SABER MAIS:
www.iconebrasil.org/br

LEANDRO ROCHA DE ARAÚJO *é pesquisador do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone)*

MARCOS SAWAYA JANK *é presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone)*

3pontos

EDUCAÇÃO EXECUTIVA
FGV-EAESP
PLANEJE-SE PARA 2004

MPA
Mestrado Profissional
em Administração

MPFE
Mestrado Profissional
em Finanças e Economia
(em conjunto com a FGV-EPGE
e FGV-EESP)

OneMBA
Um MBA verdadeiramente global,
desenvolvido por cinco escolas líderes de negócios,
com certificação brasileira e internacional

CEAG
Administração de Empresas
Administração Hospitalar
Administração de Turismo e Hotelaria
Administração de Negócios com Sistemas Integrados

Quem é diferente, brilha.

FGV
EAESP

www.fgvsp.br
(11) 3281-7926 / 3281-3208



Agronegócio garante saldo comercial

Em 2003, mais uma vez o setor traz resultados externos espetaculares para a economia brasileira

Os valores das exportações brasileiras no agronegócio subiram 23,3% em 2003, quando comparados a 2002. Um novo recorde foi alcançado com a cifra de US$ 30,639 bilhões. A participação do setor em relação à pauta total do País permaneceu em equilíbrio, na ordem de 41%.

O bom desempenho no exercício do ano passado reflete uma combinação de aumento das vendas de todos os produtos das cadeias produtivas ligadas ao agribusiness, a abertura de novos mercados e a melhoria nos preços das commodities no mercado internacional, face às adversidades climáticas na União Européia

Brasil - Balança Comercial Agropecuária Exportações de 2003 (em US$ milhões)

Discriminação	2003	2002	Variação(%)
Complexo Soja	8.125,4	6.008,9	35,2
Carnes	3.641,0	2.751,2	32,3
Madeiras	2.620,4	2.213,5	18,4
Papel e Celulose	2.831,2	2.055,6	37,7
Couros, Peles e Calçados	2.465,4	2.341,4	5,3
Açúcar e Álcool	2.298,0	2.262,8	1,6
Café e Chá	1.423,5	1.331,4	6,9
Sucos de Frutas	1.292,2	1.215,4	6,3
Total da Exportação Agropecuária (1)	30.639,0	24.838,9	23,4
Total da Importação Agropecuária	4.790,5	4.491,9	6,6
Saldo da Agropecuária	25.848,5	20.347,0	27,0

Fonte: SECEX/MAPA.
Nota: (1) A soma inclui produtos não discriminados na tabela acima.

Ano	Brasil - US$ bilhões			Agronegócio - US$ bilhões		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2001	58,2	55,5	2,7	23,9	19,1	4,8
2002	60,3	47,2	13,1	24,8	4,5	20,3
2003	73,0	48,2	24,8	30,6	4,7	25,9

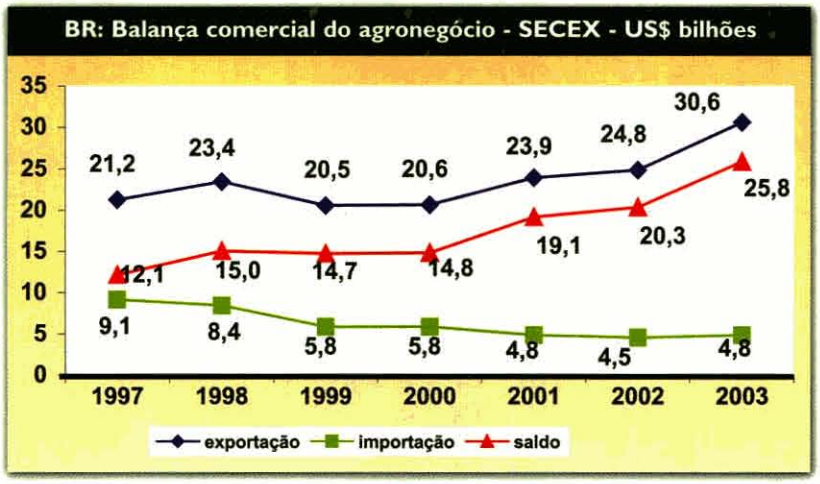
Fonte : SECEX

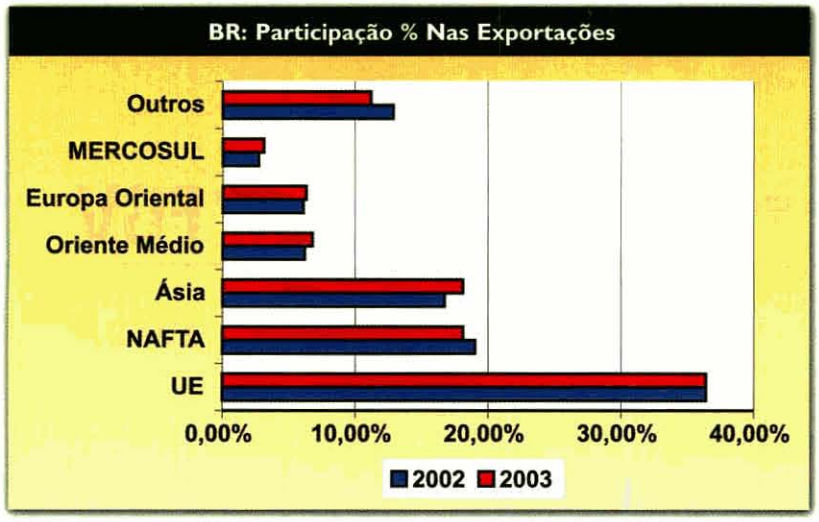
e Estados Unidos.

A diversificação nas exportações é explicada pelo aumento dos embarques para novas regiões, como Ásia, Oriente Médio e Europa Ocidental. Para todos os blocos, as exportações tiveram crescimento.

O complexo soja continua a ocupar o primeiro posto no ranking das exportações. A safra nacional recorde e a elevação das cotações possibilitaram um crescimento da ordem de 35,2% nas exportação da oleaginosa. Nas carnes também o desempenho foi expressivo, com aumento de 17%, com destaque particular para as carnes bovinas e de frango, respectivamente, com expansão de 48,7% e 28%. Uma notícia agradável foi a elevação registrada de 34,7% no algodão e fibras têxteis vegetais. Papel e celulose também mostraram resultados surpreendentes.

Para 2004, as projeções apontam para um superávit no agronegócio entre US$ 27 bilhões e US$ 28 bilhões. A doença da vaca louca nos Estados Unidos abre as perspectivas de negócios. Além disso, o volume das importações chinesas continua a crescer, principalmente com a quebra de safra na temporada 2003/04, com encolhimento na colheita de 512 milhões de toneladas para 435 milhões de toneladas. ■





Exportações de carnes podem chegar a US$ 4,6 bilhões este ano

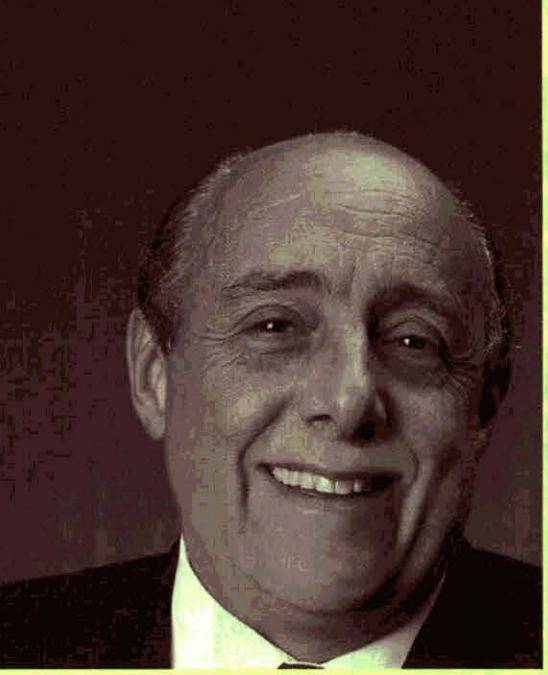
As vendas externas brasileiras do complexo carnes podem crescer em US$ 600 milhões neste ano, chegando a US$ 4,6 bilhões. Em 2003, renderam US$ 4 bilhões. A estimativa foi apresentada em janeiro último pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, ao analisar os efeitos da vaca louca nos Estados Unidos sobre o comércio mundial de carnes.

O Brasil deverá intensificar as negociações com os países asiáticos, como o Japão, em carne bovina, além de aumentar sua receita com as vendas externas de frango e suínos.

Segundo dados do MAPA, o mercado asiático compra hoje cerca de 450 mil toneladas de carne bovina por ano dos EUA. Só o Japão importa 130 mil toneladas/ano. O Brasil espera conquistar uma fatia desse volume.

O governo brasileiro está discutindo a abertura do mercado dos Estados Unidos para a carne bovina in natura. Segundo Rodrigues, uma missão técnica norte-americana visitará frigoríficos brasileiros em fevereiro, dando prosseguimento ao processo que visa autorizar o país a exportar carne verde para os EUA.

Na avaliação do MAPA, há um cenário favorável ao Brasil não só em relação à carne bovina, mas também para o frango. O governo pretende reforçar o sistema de defesa sanitária. Para tanto, Rodrigues espera que a área econômica libere mais R$ 60 milhões, além dos R$ 68 milhões já previstos no Orçamento, para desenvolver ações de prevenção à febre aftosa, peste suína clássica e newcastle.



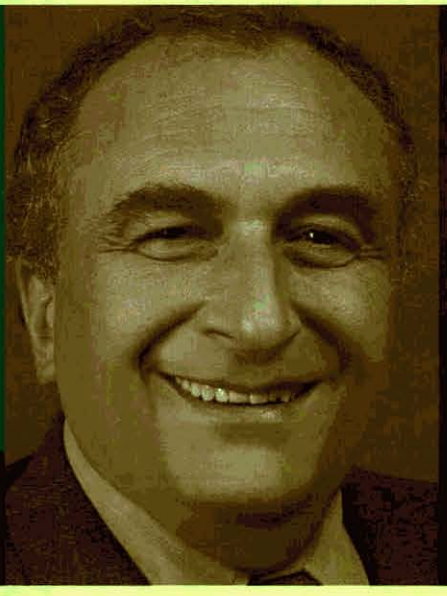
Conhecimento.
A grande diferença
de ser humano.



Raymundo Magliano Filho,
Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo.

Marcel Fleischmann,
Vice-Presidente do McDonald's
do Norte da América Latina.







3pontos

José Ermírio de Moraes Neto,
Presidente do Banco Votorantim
e da Votorantim Participações.

Elcio Anibal de Lucca,
Presidente da Serasa.

Antonio Monteiro de Castro Filho,
Chief Operating Officer
da British American Tobacco.

FGV-EAESP. Formando pessoas que fazem a diferença.

Quem faz FGV-EAESP faz a diferença porque estuda em uma Escola reconhecida internacionalmente, que prepara profissionais para os mercados brasileiro e mundial com o que há de mais moderno no estudo da Administração e Economia. Por isso, quem faz FGV-EAESP faz a diferença nas maiores empresas, nas funções mais importantes, nos melhores lugares. Faça a diferença. Faça FGV-EAESP.

FGV

EAESP

www.fgvsp.br

Os Srs. Raymundo Magliano Filho, Marcel Fleischmann, José Ermírio de Moraes Neto, Elcio Anibal de Lucca e Antônio Monteiro de Castro Filho, ex-alunos da FGV-EAESP, cederam gentilmente os direitos de uso de suas imagens.

Vaca louca chega aos EUA

Caso da doença é registrado no rebanho bovino mais rico do planeta



A doença da vaca louca encontrada no rebanho da Grã-Bretanha culminou com o abate de quase 40% do seu rebanho em 1996. Ainda assim, o mal se alastrou nos plantéis do continente europeu. O momento mais crítico foi na entrada do século 21. Durante diversos meses, Agroanalysis registrou e analisou o episódio. Em janeiro de 2001, a UE anunciava gastos de US$ 937 milhões para controlar a doença, com aquisição e incineração de 2 milhões de cabeças.

Ainda é prematuro imaginar o tamanho do prejuízo e a duração das dúvidas provocados pelo surgimento da vaca louca nos EUA. Nada é pequeno na cadeia bovina norteamericana, onde a indústria tem um faturamento bruto anual da ordem de US$ 27 bilhões. Por ano, os norte- americanos consomem 29 quilos de carne bovina e gastam com bifes e assemelhados cerca de US$ 50 bilhões. Tudo oriundo de um rebanho de 90 milhões de cabeças, de alto padrão zootécnico, de onde anualmente se abate 36 milhões de cabeças e se produz 11,9 milhões de toneladas de carnes. Em 2002, as receitas com exportações contabilizaram US$ 2,6 bilhões. Seus hambúrgueres são ícones no comércio mundial.

Desde maio, os EUA suspenderam as importações de carne do Canadá. A oferta interna caiu e os preços do quilo de alguns cortes, como alcatra, subiram de US$ 8 para US$ 12. Pelo menos 17 países até o começo de 2004 tinham suspendido a importação de carne dos EUA. Os dois principais importadores, o Japão e a Coréia, que compram mais de 55% do total, foram os primeiros, seguidos depois por Cingapura, Malásia, Hong-Kong, Taiwan, Austrália, Rússia, Ucrânia, África do Sul, México, Chile, Paraguai, Colômbia, Peru, Jamaica e Brasil. No conjunto, esses países respondem por mais de 80% das vendas norte-americanas.

A União Européia adquire pouca carne dos EUA em função do uso de hormônio de crescimento. Os especialistas poderão rebaixar a posição de risco do País da categoria "2" (risco improvável, mas não excluído) para "3" (risco confirmado). A França está na categoria "3", enquanto a Grã-Bretanha e Portugal permanecem na "4" (risco elevado).

A descoberta da doença trouxe à baila as discussões sobre o controle sanitário nacional: apenas 20,5 mil animais dirigidos ao abate são inspecionados anualmente. As sugestões passam pelo exame de milhões de animais, a criação de um sistema de marcação de orelha para rastrear cada animal do nascimento ao abate, além da proibição de proteína animal na alimentação de herbívoros.

Estudo elaborado pela Organização das Nações Unidas destaca que a partir de 2001, a nível mundial, apareceram 13 doenças di-

ferentes e de alto impacto nas cadeias das carnes. São os casos da salmonella na Ásia, pragas e febre hemorrágica na África, gripe na China e vírus da França. O primeiro embargo contra a carne de outro país foi em 1929, dos EUA contra a Argentina. Mas hoje a imposição de barreiras cresce com a proliferação de problemas sanitários.

No caso da vaca louca e da febre aftosa, o surto parecia ser exclusivo da Europa, mas generalizou em outros países e teve forte impacto no comportamento do consumidor. O Brasil teve apenas 20 fazendas afetadas pela febre aftosa e não há registro da doença nos últimos dois anos. A Argentina detectou focos em 6 mil fazendas. Sanidade é problema de vigilância constante. O orçamento do MAPA para 2003 foi de R$ 80 milhões, para um gasto efetivo de R$ 12 milhões. Para 2004, estão orçados R$ 63 milhões. ■

ONDE SABER MAIS:

• **BBC News:** www.news.bbc.co.uk/2/hi/in_depth/uk/2000/bse_and_cjd/default.stm • **Comissão Européia:** http://europa.eu.int/comm/food/fs/bse/index_en.html • **Embrapa Gado de Corte:** www.cnpgc.embrapa.br • **OIE:** http://www.oie.int/eng/info/en_esb.htm • **Panaftosa:** www.panaftosa.org.br

Rastreando a doença

O primeiro caso do mal da vaca louca foi detectado em um animal de uma fazenda com rebanho de 4000 cabeças, no Estado de Washington, nos Estados Unidos. O plantel do Estado é de 1,1 milhão de cabeças, cerca de 1% no total nacional. Os testes foram confirmados pela Agência de Laboratórios Veterinários em Waybridge, na Inglaterra, mediante análise de uma amostra de tecido. O animal infectado era uma vaca leiteira da raça Holstein, que integrava um rebanho de uma fazenda na cidade de Mabton, em Washington. O animal foi sacrificado em 09 de dezembro em um abatedouro, em Yakima. As autoridades traçam a trajetória da vaca desde o nascimento até o sacrifício, para encontrar pistas sobre os locais possíveis de contaminação e se outros rebanhos podem estar infectados. Existem suspeitas de que a doença chegou aos EUA, por meio do Estado de Idaho, como parte de um lote de 74 animais. Os números da etiqueta na orelha do animal batem com os registros no Canadá. Em maio, foi detectado uma vaca com cérebro debilitado, sinal da presença da doença conhecida como encefalopatia esponfiforme bovina (EEB), mas não se conseguiu determinar a origem da contaminação.

Dois anos sem febre aftosa

O Brasil poderá se declarar livre da doença em 2005 e abrir mais espaço para a sua carne bovina no mercado internacional

A febre aftosa é a principal barreira sanitária contra o aumento das exportações de carnes brasileiras, devido ao grande prejuízo causado nas zonas infectadas, embora não prejudique a saúde humana. É uma doença causada por um vírus que provoca no animal febre, feridas (aftas) na língua, gengivas, úberes e entre os cascos. Provoca excessiva salivação e dificulta a alimentação. Ataca os animais biungulados, de duas unhas, como bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos. Não existe tratamento para a doença e a única forma de combatê-la é a prevenção ou, no caso de contágio, o sacrifício do animal.

O trabalho realizado no campo sanitário, com a ampliação da área livre de febre aftosa, é fundamental para a comercialização da carne brasileira no mercado externo. Em 2003, o Brasil completou 24 meses sem apresentar nenhum foco da doença. O programa de vacinação começou em 1965 no Rio Grande do Sul e apenas Santa Catarina é reconhecida como livre de aftosa, sem vacinação O último caso ocorreu no Maranhão dia 18 de agosto de 2001.

A produção e a exportação de carne bovina e bubalina empregam diretamente 7 milhões de pessoas em toda a cadeia produtiva. Parte expressiva desses empregos e da renda decorrem do padrão de qualidade alcançado pela carne bovina brasileira

Primeiro, foram declarados como zona livre de febre aftosa com vacinação os rebanhos do Circuito Pecuário Sul. Depois, os Estados do Centro-Oeste e Sudeste e Leste. Os Estados dos circuitos do Norte e Nordeste devem cumprir todas as diretrizes e normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. O governo brasileiro está prestes a declarar a região sul do Estado do Pará e o Estado do Acre como áreas livres de febre aftosa com vacinação.

Zonas livres

O rebanho brasileiro em área livre de febre aftosa chega a 154 milhões de cabeças, cerca de 84% do total, em 50% do território nacional. A previsão é declarar o país livre de febre aftosa em 2005, sendo que, para maio de 2004, o Ministério da Agricultura solicitará o reconhecimento destas duas áreas como zonas livres junto a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

A estruturação e manutenção dos serviços de defesa sanitária são essenciais à sanidade agropecuária e à segurança alimentar dos consumidores internos e externos. É importante os governos federal e estadual, com o apoio da iniciativa privada, atuarem no sentido de fortalecer as ações nessa área crítica.

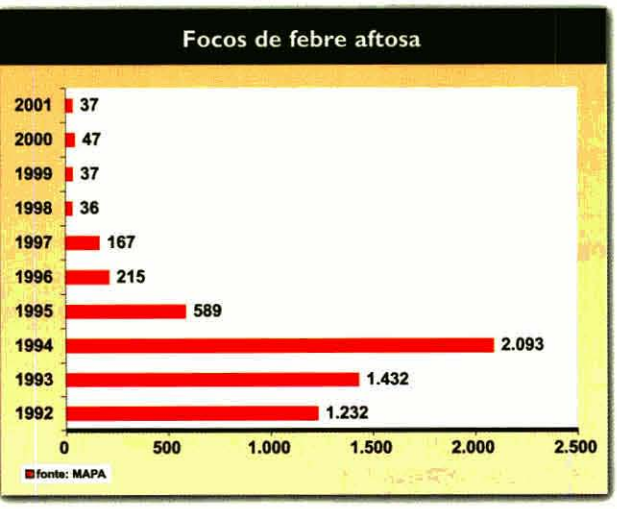
Doze estados brasileiros (Acre, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, São Paulo, Sergipe,

CIRCUITOS PECUÁRIOS	ESTADOS
Sul	Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo,
Centro-Oeste	Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal
Sudeste	Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Sergipe
Norte	Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia e Roraima
Nordeste	Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Maranhão

Tocantins e Distrito Federal) fazem parte da campanha de vacinação de 132 milhões de bovinos no Circuito Pecuário do Centro-Oeste e em Estados do Norte e Nordeste contra a febre aftosa. Apenas o Estado de Minas vacinará somente animais com idade inferior a 24 meses e que estejam dentro do Circuito Pecuário do Centro-Oeste.

As ações do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa são de responsabilidade compartilhada, cabendo ao governo federal a formulação das políticas públicas para o setor, aos Estados a coordenação dessas políticas e ao produtor rural a execução da vacinação. Seguindo normas e regulamentos e para garantir a qualidade do produto a ser utilizado, há seis laboratórios credenciados pelo MAPA (Bayer, Merial, Cooper, Valle, Pfizer e Intervet). A vacina contra febre aftosa, liberada no comércio, passa por controle oficial e apresenta padrões mínimos de qualidade.

O calendário nacional de vacinação foi estabelecido em junho de 1996, por meio de portaria da Secretaria de Defesa Agropecuária e integra o Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa. A vacinação deve ser feita em duas etapas, com um intervalo de seis meses entre cada uma (maio/novembro). Alguns Estados realizam uma terceira etapa para a imunização de bovinos e bubalinos menores de um ano de idade



Campanha de vacinação

A campanha de vacinação do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA) de 2003, do MAPA, prevê uma demanda recorde de 346,5 milhões de doses de vacina, um aumento de 6,6% sobre as vendas de 2002. Apesar do crescimento, o número representa apenas 70% da capacidade total de fabricação dos laboratórios brasileiros. Segundo informações do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), os laboratórios fabricantes de vacinas podem produzir cerca de 500 milhões de doses anualmente.

Brasil: Rebanho Bovino - 2003

Estado	Mil cabeças
Mato Grosso do Sul	22.620
Minas Gerais	20.219
Mato Grosso	19.922
Goiás	19.132
Rio Grande do Sul	13.872
São Paulo	13.258
Pará	11.047
Bahia	9.856
Paraná	9.817
Rondônia	6.605
Tocantins	6.571
Maranhão	4.483
Outros	18.897
Total	176.389

Fonte: IBGE.MAPA

Atualmente o Brasil utiliza a vacina trivalente contra os vírus O, A e C, enquanto ocorrer levantamentos sorológicos completos de identificação dos vírus existentes prevalentes na Bolívia e nos outros países fronteiriços, de acordo com decisão da Comissão Sul-Americana de Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa).

Em 2003, segundo o calendário do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, os Estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro tiveram o rebanho vacinado em duas etapas: março e setembro. No Espírito Santo, a campanha também terá duas etapas: a primeira dose aplicada nos animais abaixo de 24 meses, e em todo o rebanho, em setembro. Minas Gerais terá seus animais vacinados em março, maio, setembro e novembro. A parte do Estado pertencente ao Circuito Pecuário Leste vacina em março.

A etapa inicial da campanha de vacinação contra a febre aftosa, coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), envolveu a imunização de cerca de 132,7 milhões de bovinos e bubalinos. ■

Esforço Continental

Os países do hemisfério Sul devem insistir em programas bilaterais de fronteira para controle da febre aftosa. O assunto faz parte das reuniões do Centro Panamericano de Febre Aftosa (Panaftosa), ligado à Organização Panamericana de Saúde (Opas). O governo brasileiro, por exemplo, deve atuar também no sentido de apoiar programas sanitários dos países limítrofes, como Paraguai e Bolívia, pois está submetido a permanente risco devido à presença do vírus da febre aftosa nesses países.

Em novembro, o governo brasileiro formalizou a doação de um milhão de doses de vacinas contra a febre aftosa à Bolívia e mais 500 mil para o Paraguai, na reunião dos Ministros de Agricultura que integram o Conselho Agropecuário do Sul (CAS). A medida faz parte do esforço para intensificar a cooperação sobre o controle sanitário e atender a crescente demanda por segurança alimentar. O rebanho do Paraguai é de 9 milhões de cabeças e da Bolívia de 6 milhões de cabeças.

O Paraguai perdeu o status de área livre após a ocorrência de focos de febre aftosa na província de Canindeyu, no final de 2002. O país adotou medidas sanitárias, como sacrifício dos animais, vazio sanitário e animais sentinelas. Acreditava-se que a doença estava sob controle. O Brasil suspendeu as importações de animais vivos (bovinos, bubalinos, caprinos, suínos e ovinos), seus produtos e subprodutos, que foram retomadas gradativamente.

Diante da confirmação de um novo foco, em agosto último, o governo brasileiro voltou a suspender as compras de carnes desossadas e maturadas do Paraguai. Foi confirmada a presença dos vírus "A" e "O" e imediatamente declarada emergência sanitária. As autoridades paraguaias enviaram ao governo brasileiro relatório sobre as medidas adotadas para controlar a febre aftosa.

Depois da emergência sanitária, com interdição do departamento e sacrifício de 315 animais (160 caprinos, 95 bovinos e 60 ovinos), além de desinfecção e vazio sanitário durante cerca de 40 dias, o Brasil doou kits de diagnósticos do vírus para análise de 5 mil amostras, além de colocar à disposição pessoal para apoio técnico. A preocupação do MAPA procede, em razão da proximidade do foco com a fronteira brasileira, pois 300 km não é uma distância significativa.

O governo do Paraguai suspendeu a emissão de certificado sanitário para exportação de carne maturada e desossada ao Brasil. Com a suspensão das vendas, o Paraguai perde, temporariamente, seu principal mercado, responsável por cerca de 65% a 70% das vendas externas de carne desossada e maturada. O volume mensal é de cerca de 4 mil toneladas, com receita de aproximadamente US$ 4 milhões ao mês.



O sucesso da produção integrada

O sistema mostra resultados positivos e deverá provocar um salto na fruticultura nacional, com a pulverização dos pólos

JOSÉ ROZALVO ANDRIGUETO e ADILSON REINALDO KOSOSKI

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA criou o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura - PROFRUTA com o objetivo estratégico de elevar os padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional, em bases voltadas para o sistema integrado de produção, sustentabilidade do processo, expansão da produção, emprego e renda.

Depois de quase vinte anos de estudo, em 1993, a Organização Internacional para Luta Biológica e Integrada (OILB) publicou os princípios e normas técnicas utilizados e aceitos para o Sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF). Os precursores movimento foram Alemanha, Suíça e Espanha. Hoje, a PIF envolve muitas áreas existentes em países tradicionais e da América do Sul.



A coordenação geral está a cargo do MAPA e envolve 5 universidades; 6 instituições estaduais de pesquisa e assistência técnica, 9 centros da Embrapa. A PIF abrange 11 Estados e 14 espécies frutíferas (maçã, uva, manga, mamão, citros, caju, coco, banana, melão, pêssego/nectarina, goiaba, caqui, maracujá e figo). Existe a parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

- CNPq, na implementação de 57 projetos em diferentes pólos de produção de frutas, dos quais 27 projetos são de PIF, 25 de matrizeiros e 5 em fitossanidade.

Quando se estratifica a pirâmide de desenvolvimento em patamares para inovação e competitividade, o PIF aparece no ápice e representa o nível mais evoluído em organização, tecnologia, manejo e outros.

As exigências dos mercados importadores, principalmente da Comunidade Européia, ficam cada vez mais rigorosas em qualidade e sustentabilidade. Os compradores europeus não aceitam maçãs produzidas em sistema convencional e, a partir de 2005, também não vão aceitar frutas de outras espécies.

Já se têm 7 espécies frutíferas e pólos PIF institucionalizados (maçã, uva, manga, mamão, caju, pêssego e melão) com seus respectivos selos de conformidade aprovados e em condições de operação conforme contido no quadro Marco Legal PIF. As próximas frutas a serem validadas e pólos consolidados são banana, coco e citros.

PIF nos principais países da Europa e América do Sul

País	Área - ha			Frutas
	Total	PIF	% PIF	
Europa	**467.183**	**120.000**	**47,9**	
1. Alemanha	38.433	30.409	79,1	caroço/uvas viníferas
2. Áustria	7.091	6.030	85,0	caroço/uvas/hortaliças
3. Bélgica	23.444	5.472	23,2	caroço
4. Eslovênia	3.068	1.200	39,1	caroço
5. Espanha	149.074	8.432	5,7	caroço/uva/citros/hortaliças
6. Inglaterra	13.473	10.184	75,5	caroço/frutas finas
7. Holanda	21.000	14.800	70,5	-
8. Itália	55.406	32.607	58,9	caroço/uvas/citros/hortaliças
9. Polônia	142.000	5.100	3,6	maçã
10. Portugal	9.100	1.450	1,6	uvas viníferas/olivas
11. Suíça	5.094	4.316	84,7	caroço/frutas finas/uvas viníferas
América do Sul	**2.335.500**	**17.275**	**1,2**	
1. Argentina	35.500	600	1,7	maçã/pêra/uva/caroço
2. Uruguai	-	-	15,0	caroço/uvas viníferas/citros
3. Brasil	2.300.000	23.780	1.0	14 espécies

Fonte: IRAN/Fundação ArgenINTA, 2001

Relação de confiança

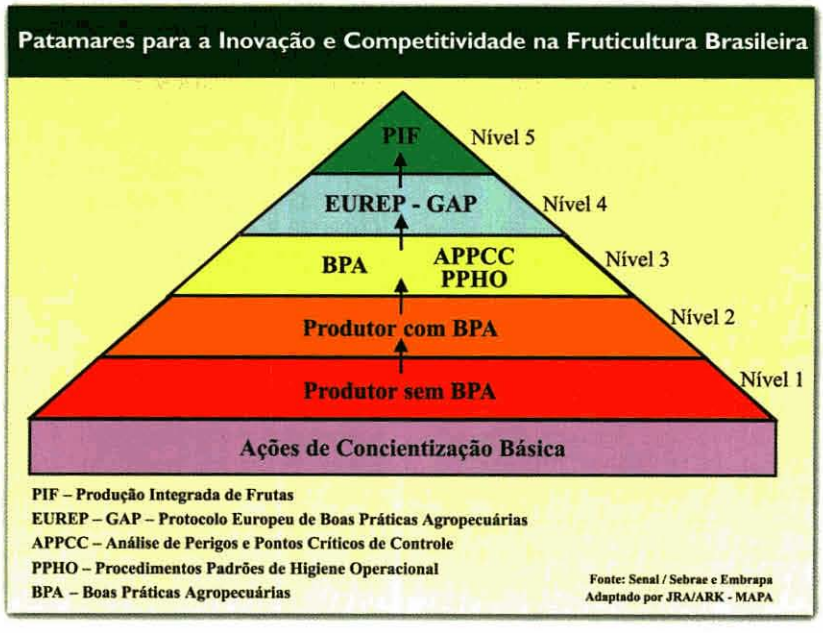
A PIF estabelece uma relação de confiança para o consumidor de que o produto está conforme os requisitos especificados nas normas técnicas de cada espécie frutífera.

O Sistema "Modelo de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas" foi lançado em 1° de agosto de 2002 e oficializado pelo Ministro do MAPA, em 11 de setembro de 2002, em conjunto com a Logomarca PIF Brasil, Produção Integrada de Maçã-PIM e o Selo de Conformidade da Maçã.

O arcabouço técnico operacional de suporte ao sistema é composto por Normas Técnicas Específicas-NTE para todas as frutas (15 Áreas Temáticas), Grade de Agroquímicos, Cadernos de Campo e Pós-Colheita e Listas de Verificação - Campo e Empacotadora.

A implantação do sistema de PIF apresenta resultados como: aumento de emprego e renda na ordem de 3,0% (PIF Maçã); diminuição dos custos de produção na maçã (40% em fertilizantes e 25% em inseticidas) e, no mamão, em torno de 44% da totalidade (campo e pós-colheita); indicadores de redução em pulverizações; diminuição de resíduos químicos nas frutas e melhoria da qualidade do produto consumido, da saúde do trabalhador rural e do consumidor final.

Os produtores e empacotadoras de maçãs, uvas de mesa, mangas, mamão, caju e melão, se comprovarem experiência em Produção Integrada de no mínimo um ciclo agrícola, poderão aderir ao sistema e serem avaliados por meio de Organismos de Avaliação da Conformidade – OAC (instituições independentes de 3ª parte), credenciados pelo Inmetro. Depois, podem receber um Selo de



Marco Legal da Produção Integrada de FrutasPublicações Específicas				
Especificação	**IN* Nº**	**Data da IN***	**Data da Publicação da IN* no DOU**	**Observação**
Diretrizes Gerais e Normas Técnicas Gerais - PIF	20	27/09/2001	15/10/2001	IN MAPA
NTEPI - Maçã	06	22/07/2002	25/07/2002	IN SARC/MAPA
NTEPI - Manga	02	14/02/2003	24/02/2003	IN SARC/MAPA
NTEPI - Uva	03	17/02/2003	24/02/2003	IN SARC/MAPA
NTEPI - Mamão	04	13/03/2003	18/03/2003	IN SARC/MAPA
NTEPI - Caju	10	26/08/2003	01/09/2003	IN SARC/MAPA
NTEPI - Melão	13	01/10/2003	03/10/2003	IN SARC/MAPA
NTEPI - Pêssego	16	01/12/2003	04/12/2003	IN SARC/MAPA

* Instrução Normativa

Indicadores de redução de agrotóxicos - %resultados parciais						
	maçã	**manga**	**uva**	**mamão**	**caju ***	**melão ***
Inseticidas	25,0	43,3	53,0**	30,0**	25,0	20,0
Fungicidas	76,0	60,7	43,3	67,0	30,0	10,0
Herbicidas	---	80,0	60,5	29,5	N.U.	---
Acaricida	---	---	*	*	---	20,0

*Previsão média 2003/2004** inseticida + acaricida

Produção Integrada de Frutas - PIF **			
PIF	**Nº de produtores**	**Área* (ha)**	**Produção(t)**
Maçã	167	8.660	220.000
Manga	74	5.289	103.986
Uva	49	2.429	82.562
Mamão	24	1.292	77.500
Citros	77	952	30.060
Banana	80	2.378	68.729
Pêssego	85	280	4.200
Caju	15	1.500	1.800
Melão	20	1.000	25.000
Total	591	23.780	613.837

(*) - novembro/2003 (**) - as frutas relacionadas neste quadro correspondem aos projetos concluídos e em fase de conclusão.

Conformidade da fruta, contendo a logomarca PIF Brasil e a chancela do MAPA/Inmetro.

O Acordo de Reconhecimento no Fórum Internacional de Acreditação - IAF reconheceu e credenciou instituições dos mais diversos países do mundo para efetuar o credenciamento de Organismos na execução de tarefas relacionadas com a Avaliação da Conformidade e Certificação de Sistemas de Qualidade - no caso do Brasil é o Inmetro.

Os selos de Conformidade garante a rastreabilidade das frutas desde a fonte de produção até o seu destino final, a comercialização.

Com a PIF e os Organismos de Avaliação da Conformidade, o Brasil está em condições de competitividade e igualdade para comercializar em qualquer mercado internacional e disponibilizar, no mercado interno, frutas de qualidade idênticas às exportadas. O modelo pode avançar para outras espécies vegetais, tais como: olerícolas (batata, tomate e outras), flores, grãos (café, arroz), plantas medicinais, raízes e outras. No caso dos projetos de Produção Integrada de Morango e de Coco para o Estado do Espírito Santo, o governo patrocina por conta do erário estadual, via Secretaria de Estado da Agricultura, em iniciativa pioneira. ■

JOSÉ ROZALVO ANDRIGUETO *é Coordenador Geral de Desenvolvimento Vegetal/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, Gerente do Programa de Desenvolvimento da Fruticultura-PROFRUTA e Coordenador do projeto de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas. jrozalvo@agricultura.gov.br.*

ADILSON REINALDO KOSOSKI *é Consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, para o projeto de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada de Frutas. jrozalvo@agricultura.gov.br.*

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

• ABPM. Informações sobre a situação da PIM e comercialização de maçãs em PIF - com selo de qualidade. 2003.

• ANDRIGUETO, J. R.; KOSOSKI, A. R. (Org.). Marco Legal da Produção Integrada de Frutas do Brasil. Brasília, DF: MAPA-SARC, 2002. 60p.

• FACHINELLO, J. C.; TIBOLA, C. S.; VICENZI, M.; PARISOTTO, E.; LUCIANO, P.; MATTOS, M. L. T. Produção Integrada de Pêssego: três anos de experiência da Região de Pelotas, RS. Revista Brasileira de Fruticultura, Jaboticabal, SP, v 23, 2003. Anais do V Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas.

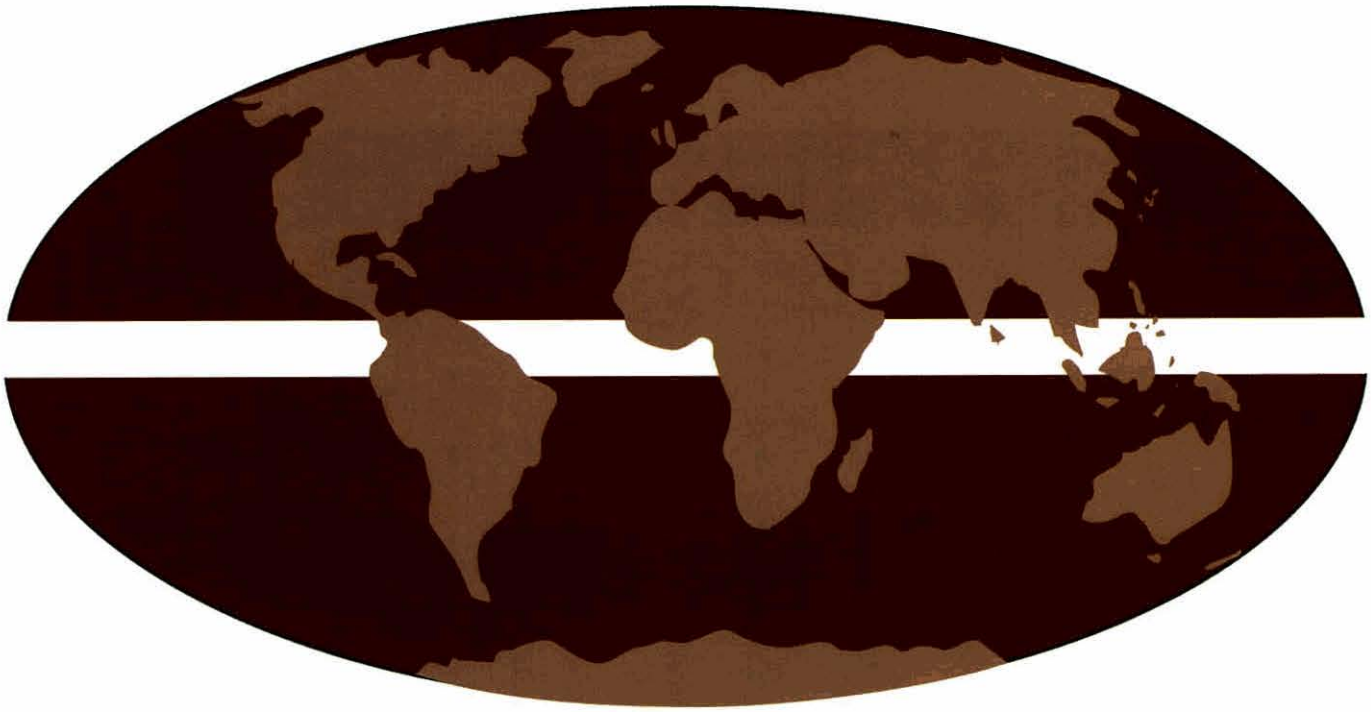
• HAJI, F. N. P.; COSTA, V. S. O.; LOPES, P. R. C.; MOREIRA, A. N.; SANTOS, V. C.; SANTOS, C. A. P.; ALENCAR, J. A.; BARBOSA, F. R. A Produção Integrada de Uvas Finas de Mesa, no Submédio do Vale do São Francisco. Petrolina, Embrapa Semi-Árido, 2003. Anais do V Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas.

• LOPES, P. R. C.; MATTOS, M. A. de A.; HAJI, F. N. P.; COSTA, T. A. S.; LEITE, E. M.; MENEZES, C. A. F. A evolução da Produção Integrada de Manga - PI-Manga no Submédio do Vale do São Francisco. Petrolina, Embrapa Semi-Árido, 2003. Anais do V Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas.

• MARTINS, D. dos S.; YAMANISHI, O. Y.; TATAGIBA, J. da S. (Eds). Normas técnicas e documentos de acompanhamento da produção integrada de mamão. Vitória, INCAPER, 2003. Anais do V Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas.

• MELO, G. W. B.; SEBBEN, S. S. V Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas. Bento Gonçalves. Embrapa Uva e Vinho 2003. 113p.

• PROTAS, J. F. S.; SANHUEZA, R. M. V. Produção Integrada de Frutas: O Caso da Maçã no Brasil. Bento Gonçalves. Embrapa Uva e Vinho 2003. 129p.



Sem medo da concorrência

Cabe ao Brasil abocanhar uma fatia maior neste negócio de US$ 75 bilhões/ano

ARMANDO MATIELLI
ANDRÉ LUIS MATIELLI

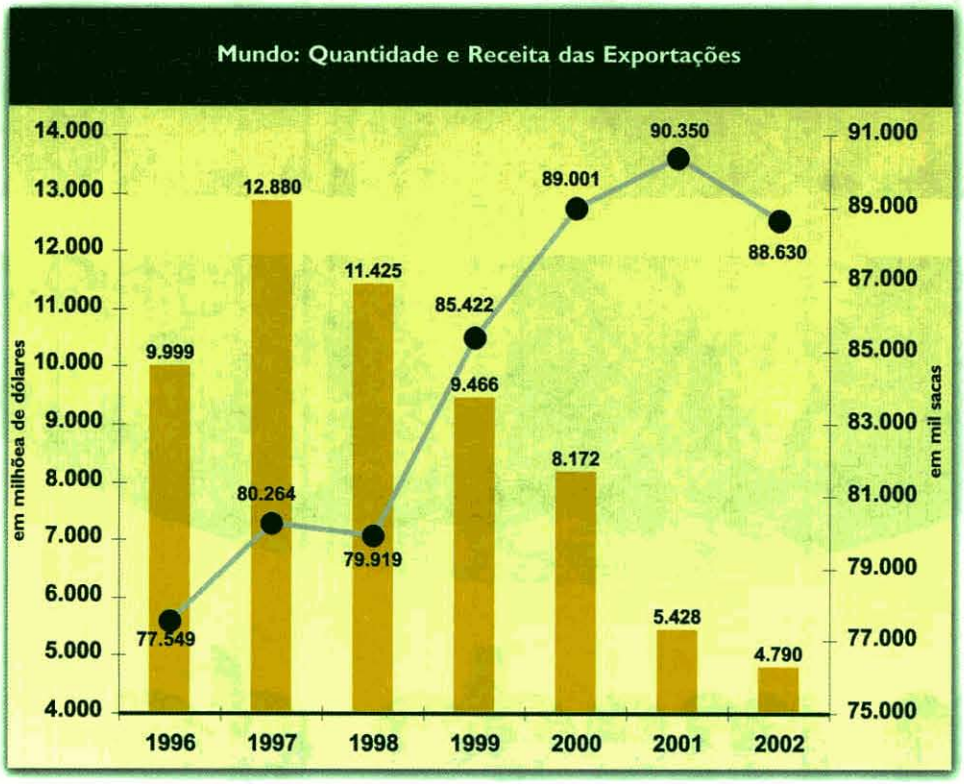
A primeira exportação comercial de café realizada pelo Brasil foi em 1731, na quantidade de sete libras, do Pará para Lisboa (1). De lá para cá, o País se comportou muito mais como exportador de matéria-prima, com exceção do solúvel, surgido nas últimas décadas e mesmo assim pouco representativo quando comparado com o total exportado.

Em milhões de sacas, o consumo mundial vai de 110 a 113, sendo de 83 a 85 pelos países importadores e de 27 a 28 pelos países produtores.

Com uma receita total do agronegócio ao redor de US$ 70 a 80 bilhões, cada saca gera uma receita média entre US$ 650 e US$ 730. Há uma dicotomia no desempenho comercial dos países denominados desenvolvidos e os em desenvolvimento: os primeiros agregam valor às matérias-primas adquiridas a custos baixos e atuam de forma sólida no setor terciário da economia, com planejamento estratégico, marketing moderno e foco no consumidor final. A receita média gerada por saca fica subestimada nos países desenvolvidos.

O cafeicultor brasileiro mostra capacidade inovadora no aspecto tecnológico: com uma produtividade em sacas por hectare ascendente de 9 nas décadas anteriores para 16 nos últimos sete anos. Mas, enquanto atividade agrícola exportadora com base única e exclusiva na produção, a economia cafeeira é vulnerável e precisa ser socorrida por planos econômicos. Entre 1996 e 2002, os países exportadores tiveram uma queda de 63% na receita, frente um aumento de 13% no volume de café exportado.

Em 2002, o Brasil exportou 28 milhões de sacas de café, que multiplicadas pela receita média mundial gerada por saca, de US$ 650 e US$ 730, dá uma receita total do agronegócio café entre US$ 18,2 bilhões e US$ 20,4 bilhões. Mas a arrecadação efetiva das exportações nacionais ficaram em US$ 1,35 bilhões. Há algo errado na divisão do bolo: US$ 1,35 bilhões para quem produziu e de US$ 18,2 bilhões a US$ 20,4 bilhões para quem comprou e comercializou.



Paradigmas

Os ganhos na cafeicultura decorrem das "quebradeiras" de produtores e de eventos climáticos, principalmente a geada, mas capitalizar dentro da normalidade produtiva é quase um sonho.

Enfim, nas palavras do professor Mauro de Rezende Lopes : "com mão-de-obra barata, recursos naturais abundantes e com a produção de matéria-prima, ou seja, no setor primário da economia, não se ganha dinheiro; ganha-se dinheiro no setor terciário da economia, com planejamento estratégico, equipes de alto desempenho, ferramentas empresariais modernas, qualidade das estratégias de negócios, posicionamento mercadológico e foco no cliente."

Após 273 anos da primeira exportação brasileira de café, está mais do que na hora de "partir" para o mercado sem medo da concorrência, com industrialização, segmentação do consumo, diversas modalidades de bebidas e novas alternativas. Em 2002, com 42% da produção mundial, há market share para "virar o jogo". Com conhecimento e liderança na produção infra-estrutura e logística de exportação, cabe angariar maior participação no "bolo" de US$ 75 bilhões, num mercado extremamente competitivo onde cinco ou seis firmas multinacionais atuam com força.

O mercado é soberano e sempre há espaço para iniciativas inteligentes. Alguns produtores já buscam parcerias com torrefadoras e marcas próprias. O surgimento da ABCA (Associação Brasileira de Café Arábica) abre expectativa para a criação do "Brasil-Café", com um plano de marketing e comercialização do café arábica no mercado internacional. São iniciativas para a quebra de paradigmas e saída do anacronismo. Uma visão distinta daquela que reina há quase três séculos na cafeicultura brasileira e dar um caráter mais empreendedor para introduzir o Agronegócio Café no conceito de modernidade, competitividade e lucratividade. ■

ARMANDO MATIELLI e ANDRÉ LUIS MATIELLI *são cafeicultores em Guapé (MG)*

Em busca do lucro

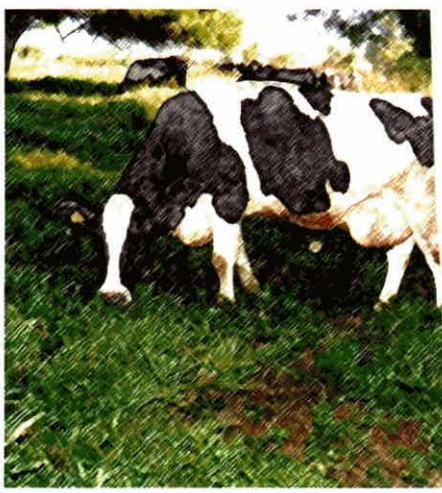
Comparamos os custos e a rentabilidade de um produtor de leite em diferentes graus de tecnologia (baixa, média e alta)

MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA
ALCIDES DE MOURA TORRES JR
FABIANO RIBEIRO TITO COSTA

Os preços nominais do litro de leite aumentaram em 30% na média do País em 2003, contra uma inflação de 7% (IGP-DI da Fundação Getulio Vargas). Em termos reais, as condições estiveram melhores quando comparadas a 2002.

Nos insumos, os maiores aumentos aconteceram com polpa cítrica, caroço de algodão e diesel, com maior impacto nos sistemas de produção mais tecnificados. Isso fortaleceu uma antiga percepção sobre a viabilidade da exploração de maior base tecnológica dentro dos padrões brasileiros.

Em quase todas as regiões, os criadores passaram a cruzar vacas de leite com raças de corte. Uma evidência de freio na adoção de técnicas e aumento da crença sobre a falta de futuro das raças especializadas nos sistemas de produção de leite no Brasil. Um risco sério e fonte de preocupação de pesquisadores, técnicos e entidades representativas.







Assim, as discussões sobre o nível tecnológico das fazendas leiteiras produziram debates acalorados em 2003.

Tecnologia e rentabilidade

Para avaliar a eficácia tecnológica de um sistema de produção, deve-se considerar custo, escala, adequação dos investimentos (imobilizações de capital), capacidade de geração de riqueza e criação de postos de trabalho. A agropecuária deve ser avaliada em função do seu potencial para atender a multifuncionalidade, que engloba a produção empresarial, a responsabilidade ecológica e a função social.

Escala de produção muitas vezes apa-

rece associada a alto investimento e estruturas complexas, adequado para fazendas de grande extensão e com recursos financeiros de monta. Para desmistificar essa relação, será desenvolvido comparações de custos e rentabilidade a partir de uma empresa hipotética de 80 hectares de área total, sendo 60 hectares destinados à atividade leiteira, em diferentes tecnologias.

Com base nos preços de mercado de insumos e serviços destinados às explorações, foi feita uma estimativa de custo de produção para cada nível de tecnologia. Os preços de leite utilizados foram os valores médios pagos em 2003, atualizados pelo IGP-DI de dezembro. O valor médio do leite em 2003 foi de R$ 0,48/litro.

Para a análise, foram considerados preços acima da média. No mercado, produtores com maior escala de produção recebem valores acima dos preços médios. Os preços utilizados foram de R$ 0,50, R$ 0,53 e R$ 0,54 por litro nos sistemas de baixa, média e alta tecnologia, respectivamente.

O valor da terra considerado foi de R$ 5.000 por hectare, pois os bons resultados proporcionados pela soja, cana e laranja puxaram os preços nas principais bacias produtoras de leite na região Centro-Sul.

As principais características da produção de baixa tecnologia são o uso de mão-de-obra familiar e o menor aproveitamento dos recursos disponíveis. Em valores de mercado, o capital imobilizado para cada litro produzido por dia é alto. O cálculo passa desapercebido pelo criador, pois o grosso dos investimentos representado pela terra normalmente não é considerado.

O mau uso dos recursos explica os maiores custos fixos de produção (depreciações) na baixa tecnologia, enquanto o baixo custo variável (todo o custeio) reflete que apenas o essencial é feito para manter a produção das vacas.

A média tecnologia ilustra bem os resultados da grande maioria das empresas com investimentos em tecnologia. Sabem onde precisam chegar, adotam programas nutricionais e trabalham com animais especializados. Porém, não atingem a escala de produção necessária para obter lucratividade e rentabilidade satisfatória.

É comum a pratica da retenção de animais para aumentar a escala de produção, no esforço de equilibrar o rebanho. As vendas de animais são fundamentais para os bons resultados econômicos da atividade leiteira.

Produções anuais ainda abaixo de 20 mil litros por hectare tiveram em 2003 resultado positivo. A receita cobriu os custos fixos e variáveis de produção. Nos anos anteriores, a receita cobria apenas os custos variáveis. Apesar de garantir o fluxo de caixa, a atividade fica sucateada, pois não há recursos para a substituição ou reinvestimento.

Em 2003, as raras empresas que haviam investido em tecnologia de produção de volumosos e aumento da produção por área, tiveram uma situação mais confortável.

A alta tecnologia alia o potencial genético das vacas, programa de nutrição do rebanho e aproveitamento da produção de volumosos, especialmente das forrageiras tropicais.

A empresa que produz 1,5 milhão de litros de leite por ano possui um capital imobilizado de cerca de R$ 360,00 para cada litro de leite produzido ao dia. Há um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Mesmo com um volume investido na área cerca de 2,2 vezes superior em relação à baixa tecnologia, a empresa de alta tecnologia é 4,7 vezes mais eficaz na utilização do capital imobilizado disponível.

Os custos fixos de R$ 0,04/litro de leite mantêm as depreciações próximas de 8,5% dos custos operacionais. Nas empresas com tecnologia, os custos variáveis totais (custeio, com exclusão apenas das depreciações), ficam em torno de R$ 0,43 e R$0,45/litro. Os custos operacionais, incluindo as depreciações (custos fixos), estão entre R$ 0,47 a R$ 0,51/litro.

Os custos econômicos ou totais, que incluem o valor do capital investido na atividade, ficaram entre R$ 0,51/litro (alta tecnologia) e R$0,60/litro (baixa tecnologia). Apenas a situação de elevado aporte tecnológico foi eficiente na multiplicação dos recursos, com rendimento superior ao custo de oportunidade do capital.

Na verdade, a rentabilidade na pecuária leiteira segue as mesmas tendências das demais atividades agrícolas, onde os resultados tendem a aumentar com investimento em tecnologia, desde que realizados com critérios técnicos corretos.

A taxa de oportunidade de uso do capital , de 6% ao ano sobre todo o capital investido, se deve ao valor médio dos arrendamentos cobrados, anualmente, pelos proprietários de terra.

Quando se trata de custo de oportunidade, as taxas bancárias não são recomendadas sob a argumentação de que o produtor dificilmente sairia para o setor financeiro. Mas muitos produtores aban-

Preços nominais do litro de leite em R$

Ano	MG	GO	RS	PR	SP	Média Brasil
2002	0,374	0,374	0,359	0,363	0,370	0,363
2003	0,484	0,474	0,481	0,467	0,486	0,472
Variação	29,31%	26,65%	33,87%	28,77%	31,48%	30,20%

Fonte: Scot Consultoria

Variação de preços nominais

Produto	Unidade	2002	2003	Variação
Farelo de algodão	tonelada	335,65	418,33	24,63%
Farelo de soja	tonelada	500,67	601,28	20,10%
Caroço de algodão	tonelada	232,40	353,33	52,04%
Farelo proteinoso	tonelada	258,08	335,17	29,87%
Milho	tonelada	269,86	298,73	10,70%
Polpa cítrica	tonelada	151,33	229,00	51,32%
Cana de açúcar	tonelada	22,17	29,50	33,06%
Silagem de sorgo	tonelada	40,72	54,80	34,57%
Silagem de capim	tonelada	34,97	46,60	33,27%
Silagem de milho	tonelada	28,09	37,17	32,34%
Óleo Diesel	litro	0,97	1,36	39,20%

Fonte: Scot Consultoria

Custos e resultados estimados para a empresa conduzida com baixa, média e alta tecnologia / 2003			
Componentes do custo de produção	**Baixa tecnologia**	**Média tecnologia**	**Alta tecnologia**
		R$	
1. Custos fixos totais	17.895,33	47.740,64	69.887,84
1.1. Depreciações de forragens	3.240,00	5.778,00	6.858,00
1.2. Depreciação de maquinários	6.400,00	15.200,00	24.000,00
1.3. Depreciação de benfeitorias e edificações	5.423,08	14.538,46	18.230,77
1.4. Depreciação de equipamentos	1.350,00	2.745,00	3.195,00
1.5. Depreciação do rebanho	1.482,26	9.479,18	17.604,07
2. Custos variáveis totais	63.808,83	356.097,57	744.623,18
2.1. Custos variáveis indiretos	21.479,61	107.245,10	167.514,85
2.1.1. Funcionários	16.242,31	63.974,06	94.065,48
2.1.2. Administração	3.024,00	28.637,00	44.990,00
2.1.3. Energia elétrica	1.877,13	8.663,67	18.049,32
2.1.4. Contribuições sindicais	336,18	1.814,12	3.847,56
2.1.5. Juros ao ano	0	4.156,25	6.562,50
2.2. Custos variáveis diretos	42.329,21	248.852,47	577.108,32
2.2.1. Combustíveis e lubrificantes	4.367,93	14.722,68	33.669,79
2.2.2. Insumos agrícolas	3.621,42	50.413,09	86.564,78
2.2.3. Produtos veterinários	2.247,11	9.110,51	22.090,21
2.2.4. Inseminação (sêmen e materiais)	1.427,42	5.872,80	9.978,36
2.2.5. Sal mineral e alimentos concentrados	18.747,58	114.555,47	316.759,20
2.2.6. Fretes e carretos	5.115,77	10.755,66	22.404,28
2.2.7. Manutenções	5.925,00	39.120,00	76.680,00
2.2.8. Impostos gerais	876,99	4.302,26	8.961,71
3. Remuneração anual do capital fixo *1	11.029,55	27.006,46	39.290,13
4. Remuneração anual do valor da terra *2	24.000,00	24.000,00	24.000,00
5. Custo operacional total *3	81.704,16	403.838,21	814.511,02
6. Custo de oportunidade do uso de capital *4	35.029,55	51.006,46	63.290,13
7. Custo econômico ou custo total *5	116.733,72	454.844,67	877.801,15
8. Receitas			
8.1 Venda de leite	73.082,37	377.165,05	799.384,68
8.2. Venda de animais	16.865,71	35.269,98	105.085,23
8.3. Outras receitas	1.686,57	3.527,00	10.508,52
9. Receita total	91.634,65	415.962,03	914.978,44
10. Resultados			
10.1. Caixa (Receita - custos variáveis totais) *6	27.825,82	59.864,46	170.355,26
10.2. Lucro operacional (Receita - custos operacionais)*7	9.930,49	12.123,82	100.467,42
10.3. Rentabilidade (Lucro operacional / capital imobilizado) *8	1,41%	1,04%	6,77%
10.4. Lucro econômico (Receita - custos econômicos ou totais) *9	-25.099,07	-38.882,64	37.177,29
Custos Médios por unidade produzida			
Custo fixo/litro	0,09	0,06	0,04
Custo variável/litro	0,33	0,45	0,43
Custo operacional/litro	0,42	0,51	0,47
Custo oportunidade do capital imobilizado/litro	0,18	0,06	0,04
Custo econômico ou total/litro	0,6	0,57	0,51
Preço bruto de venda do litro de leite- médio	0,5	0,53	0,54
Participação na receita total da atividade			
Receita de venda do leite	79,75%	90,67%	87,37%
Receita de venda dos animais	18,41%	8,48%	11,48%
Outras receitas	1,84%	0,85%	1,15%

Fonte Scot Consultoria – **1 Aplicação da taxa de 6% ao ano sobre o total dos bens depreciáveis imobilizados na atividade (máquinas, tratores, edificações, vacas, forragens, equipamentos, benfeitorias, etc). – *2 Aplicação da taxa de 6% ao ano sobre o valor total da terra. *3 Custo operacional é a soma dos custos variáveis totais e dos custos fixos totais. – *4 Custo de oportunidade de uso do capital é a soma das remunerações do capital fixo e do valor da terra – *5 Custo econômico ou custo total é a soma do custo operacional e do custo de oportunidade do uso do capital. – *6 Diferença entre a receita total e os custos variáveis totais. Objetiva mensurar a entrada e saída de caixa. – *7 Diferença entre as a receita total e os custos operacionais. Considera os custos variáveis e as depreciações, ou seja, a capacidade da empresa repor, substituir e atualizar o seu capital imobilizado. – *8 Rentabilidade é a relação porcentual entre o lucro operacional e o total imobilizado na atividade, incluindo o valor da terra. – *9 Lucro econômico é a diferença entre a receita total e o custo econômico ou total. Mensura os resultados incluindo os custos de oportunidade de uso de capital.*

donam a atividade e o arrendamento tem sido uma prática corriqueira. O Estado de São Paulo reduziu a produção de leite em 230 milhões de litros por ano na última década.

O ano 2003 foi marcado pelo avanço da agricultura sobre áreas de pecuária em quase todo o país. As estimativas de custos parecem corroborar com a afirmação de que o leite é um mau negócio. Na alta tecnologia, a rentabilidade proporcionada pela atividade leiteira ficou entre 6% e 8%, enquanto a produção de grãos atingiu 12%.

O investimento total exigido pela atividade leiteira é muito superior ao da agricultura. O lucro operacional por hectare na alta tecnologia supera o obtido pelos agricultores num ano de bons resultados para a produção de grãos. A pecuária leiteira permite atingir escala de produção em áreas menores.

Também existe a afirmativa de que a produção de leite deveria privilegiar a função social, e não a empresarial em larga escala. A quantidade de recursos em salários - incluindo os encargos e décimo terceiro - e lucros mensais destinados aos trabalhadores rurais por unidade de área aumenta de acordo com o avanço tecnológico. Na alta tecnologia, a apropriação de salários e o lucro , por unidade de área, é 7,5 vezes maior do que na baixa tecnologia.

O lucro retorna à sociedade em forma de novos investimentos. Só se investe em tecnologia se houver perspectivas de lucros compensadores.

A geração de desemprego é outro mito existente na pecuária leiteira. O índice de trabalhador por litros de leite produzido por dia é de 150 na baixa tecnologia e 340 na alta tecnologia Mesmo com cada funcionário produzindo 125% a mais em volume de leite, a alta tecnologia empregou mais e possibilitou maior geração de riquezas por unidade de área. Como também é mais eficiente na utilização dos recursos naturais, a produção de leite em alta tecnologia cumpre todas as demandas da multifuncionalidade da agricultura.

Embora muitas técnicas e sistemas de produção sejam apresentados como verdades absolutas para os produtores, não existe e não existirá no Brasil, um modelo exclusivo para produção leiteira.

O preço regional da terra, o custo de oportunidade e o acesso a insumos influenciam na definição do sistema de produção.

Os sistemas de produção devem maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis, principalmente a terra: quanto maior a produção por hectare, melhor. Custos de produção em torno de R$ 0,55/litro não são altos na realidade do Brasil. O custo de oportunidade deve ser considerado, não por convenção, mas por necessidade.

A rentabilidade da produção de leite depende também dos preços pagos. A sensação de mau negócio da pecuária leiteira se deve, em parte, do praticamente inexistente tempo de armazenagem do produto nas fazendas. A comercialização do leite é historicamente um problema para o produtor. O sucesso da pecuária leiteira depende do fortalecimento do sentimento associativo e cooperativista.

Uma melhor organização da cadeia produtiva traz maior previsibilidade e maior renda ao produtor. Sem ter como armazenar a produção, quando os preços caem o produtor mantém a produção apenas para saldar as contas. Existia consciência dos preços não permitirem a manutenção dos bens de capital. Foram justamente anos de maus resultados que levaram muitos pecuaristas a abandonar a atividade, conscientes da incapacidade de recuperação.

A pecuária leiteira entra em 2004 com os custos de produção em torno de R$ 0,55/litro. Se o cenário de preços elevados no mercado de soja e milho se confirmar, as margens se estreitarão. A crise da italiana Parmalat afeta o setor. Grande parte das cooperativas está posicionada no mercado "spot" (leite comercializado entre as indústrias), leite comercializado entre as indústrias, onde os preços praticados recuaram 35% em relação aos valores de julho último. As perspectivas eram de recuperação nos preços do leite: 2004 tendia repetir o comportamento de 2003, ou seja, de resultados melhores que os de anos anteriores.

Porém, os novos fatos mudaram essa previsão. O ano começou com um preço médio, pago no Brasil, em torno de R$ 0,45 a R$ 0,46/litro. A persistir nestes patamares, é provável um período duro para o produtor de leite.■

Comparações de alguns índices médios para empresas de produção leiteira com baixa, média e alta tecnologia

Índices Resumidos	Baixa Tecnologia	Média Tecnologia	Alta Tecnologia
Produção de leite - litros/ha/ano	2.600	12.000	25.000
Produção total de leite - litros/ano	156.000	720.000	1.500.000
Venda de leite - litros/ano	146.165	717.044	1.493.619
Volume diário de venda – litros/dia	400	1.965	4.092
Lotação – Unidades Animal/ ha *	1,5	2,76	4,72
Número de vacas em lactação - cabeças	35	80	150
Rebanho total - cabeças	94	161	274
Produção por vaca - litros/lactação	3.663	7.397	8.219
Postos de trabalho-empregos diretos-pessoas	3	9	13

* Unidades Animal = 450 kg de peso vivo – Fonte Scot Consultoria

Lucro operacional e aporte de recursos em salários e lucro por unidade de área em Reais

Índices	Tecnologia		
	Baixa	Média	Alta
Lucro operacional/ha/ano	165,51	202,06	1.674,46
Rentabilidade	1,41%	1,04%	6,77%
Salários/ha	22,6	88,9	130,6
Salários + Lucro operacional/ha/mês	36,4	105,7	270,2

Fonte: Scot Consultoria

MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA, ALCIDES DE MOURA TAVARES JR. e FABIANO RIBEIRO TITO COSTA
são diretores da Scot Consultoria.

Em pról do meio ambiente

InpEV mobiliza vários elos do agronegócio e recolhe mais de 7.500 toneladas de embalagens vazias

JOÃO CESAR RANDO

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV) iniciou suas atividades em 2002, atendendo às determinações da lei 9974/2000. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, que une forças dos agentes ligados ao agronegócio com o objetivo de assegurar agilidade, eficiência e segurança ao sistema de processamento de embalagens vazias de defensivos agrícolas, desde sua retirada até a correta destinação final (reciclagem ou incineração).

Para enfrentar os desafios de crescimento de volumes e de otimização de processos e de custos, o instituto investiu no desenvolvimento de uma nova plataforma de tecnologia, o Sistema de Informações das Centrais de Recebimento, um projeto moderno e abrangente de gestão empresarial, com módulos contábil e financeiro.

As bases para criar uma grande rede colaborativa, integrando fornecedores (unidades de recebimento, logística, incineradores etc) e clientes (recicladoras), fazem parte do objetivo de otimizar processos-chave operacionais, com mecanismos de controle e acompanhamento através de indicadores de performance.

A Resolução CONAMA 334, ao estabelecer critérios claros para a regulamentação do processo de licenciamento das Unidades de Recebimento, propiciou maior rapidez na obtenção das licenças de operação. A descaracterização das embalagens lavadas como resíduo sólido perigoso através da NBR-10004 também foi outra conquista importantíssima.

Na verdade, o inpEV apresenta ima série de iniciativas em diversas áreas, incluindo ações educativas e de divulgação, além de campanhas institucionais.

A área da Operação, responsável por organizar os processos de recebimento, classificação e armazenamento, trabalha em parceria com os agentes de comercialização (Cooperativas - Revendedores), para aumentar o número de unidades de recebimento.

Na modernização das unidades, com processos operacionais otimizados, indicadores de produtividade, um novo desenho de planta padrão e a implantação do SIC-inpEV (Sistema de Informatização das Centrais) em conjunto com a área de Logística, proporcionará uma base de dados e informações que poderá ser acessada diretamente por entidades ligadas ao sistema. A formação do Conselho Brasil de Centrais como órgão dará maior sustentabilidade e maior rapidez na implantação deste modelo.

Na área da Tecnologia e Destinação Final, além da ampliação da gama de artefatos produzidos (galões para óleo combustível, embalagem para fluído de freio, saco para lixo hospitalar, lajes economizadoras de concreto, cordas de PEAD e PET, tubos para telefonia, mourões de cerca e barrica de papelão), grandes avanços foram feitos no estabelecimento de preços maiores para as embalagens.

Ano	Centrais de Recebimento	Postos de Recebimento
2002	33	1
2003(*)	100	130

(*) representa cerca de 80.000 m² (08 hectares) de área construída e 700.000 m² (70 hectares) de terreno

A implantação de recicladoras de plásticos no Mato Grosso, papel no Paraná, assim como novos projetos de industrialização em Minas Gerais e Rio de Janeiro em 2004, trarão significativa redução dos custos de logística.

O Projeto Triturador será implantado neste ano e visa à redução de volume das embalagens vazias contaminadas (capacidade para processar quatro toneladas por dia) .Com testes já realizados em Ponta Grossa, Campo Mourão e Umuarama, por meio do processamento de 65 toneladas de embalagens vazias não-laváveis, foi comprovada a sua eficiência. O volume dos recipientes caiu quatro vezes e os custos relacionados ao destino final e ao frete tiveram uma economia expressiva.

No processo da Logística, diretamente envolvido na retirada das embalagens, somou cerca de 7.500 toneladas em 2003, um aumento de 97% em relação a 2002 . É mais que o dobro do volume retirado pelos EUA em 2002. Alguns Estados (BA, MT, PR, MA e MS) retiram de 50 a 60% do volume total de embalagens comercializadas, índices acima de países considerados do Primeiro Mundo: a Alemanha retira cerca de 50% e os Estados Unidos menos de 25%.

Em novembro último, houve recorde na retirada, com 1.043 toneladas de embalagens vazias. Os Estados que atingiram os maiores índices de recolhimento foram o Paraná, responsável por 35,9% do total e São Paulo, responsável por 23,7%. Outro número importante que merece destaque é o índice da Bahia: 57% das embalagens consumidas no Estado são devolvidas pelos produtores.

O inpEV está a caminho de ser uma referência mundial, fruto do suporte dado pelas 46 empresas associadas ao instituto, além das parcerias firmadas com secretarias estaduais do meio ambiente, órgãos públicos e governamentais, entidades da classe que representam todos os elos da cadeia produtiva agrícola (ABAG, AENDA, ANDAV, ANDEF, CNA, OCB, SINDAG), o sistema de comercialização (revendedores e cooperativas) e também pelo alto nível de conscientização dos produtores rurais. Ou seja, o setor do agribusiness brasileiro, em mais uma área, dá um exemplo de responsabilidade e de eficiência para toda sociedade brasileira. ■

ONDE SABER MAIS: www.inpev.org.br

JOÃO CESAR RANDO *é presidente do inpEV*

Nas ruas da Europa

A UE sai na frente com o biodiesel, que tem a simpatia dos consumidores

Na reforma da Política Agrícola Comum de 1992, os agricultores estavam receosos com uma possível redução na área ocupada com as oleaginosas. Foi assim que a idéia para a implantação de um programa de biodiesel ganhou corpo. A Comissão Européia financiou as primeiras plantas de transesterificação e regulamentou o uso das terras reconvertidas, sem fins para a produção de alimentos. O biodiesel passou a ser produzido em escala industrial.

Mas se no começo o programa de produção de biodiesel tinha uma visão restringida à agricultura, com o tempo agregou simpatizante ligados a meio ambiente, saúde pública e energia renovável. Em termos ambientais, um quilo de biodiesel é facilmente biodegradável e evita a emissão de 3 quilos de CO2. Uma resposta para a UE cumprir as metas do Protocolo de Kyoto. Grandes corporações como a Shell e Concave (Oil Companies European Health and Safety) reconhecem e divulgam essas vantagens.

Existem também os benefícios relacionados à saúde humana. De acordo com estudos da US Environment Proteccion Agency , o biodiesel reduz em 93,6% o risco de câncer, pois diminui o lançamento de partículas químicas. São menos 67% de hidrocarbonetos, 47% de monóxido de carbono e 50% de fuligem e material particulado. O French Institutte For Health Monitoring divulga que a poluição do ar mata 3.000 pessoas por ano nas nove maiores cidades francesas. O assunto ganha maior dimensão, pois é a primeira vez onde morte e poluição aparecem em associações quantitativas.



O biodiesel facilita a redução dos gastos com a produção agrícola da UE, pois as lavouras das oleaginosas podem exigir menos insumos químicos. Um contexto em prol do desenvolvimento rural, considerado um dos pilares da PAC, uma vez que gera mais emprego.

Do ponto de vista da matriz energética, o biodiesel provoca mudança na oferta. A UE terá menor dependência do óleo importado. Cerca de 78% da reserva de petróleo do mundo está em áreas da OPEP. Na região do Mar do Norte, a situação é particularmente crítica, pois as reservas de petróleo e de gás devem se esgotar, respectivamente, em 15 anos e 25 anos.

Crescimento

A sensibilidade em torno da produção do biodiesel aumenta entre os países membros da UE, cujas regulamentações prevêem o crescimento do setor, com uma meta de consumo de 5 milhões de toneladas para 2005.

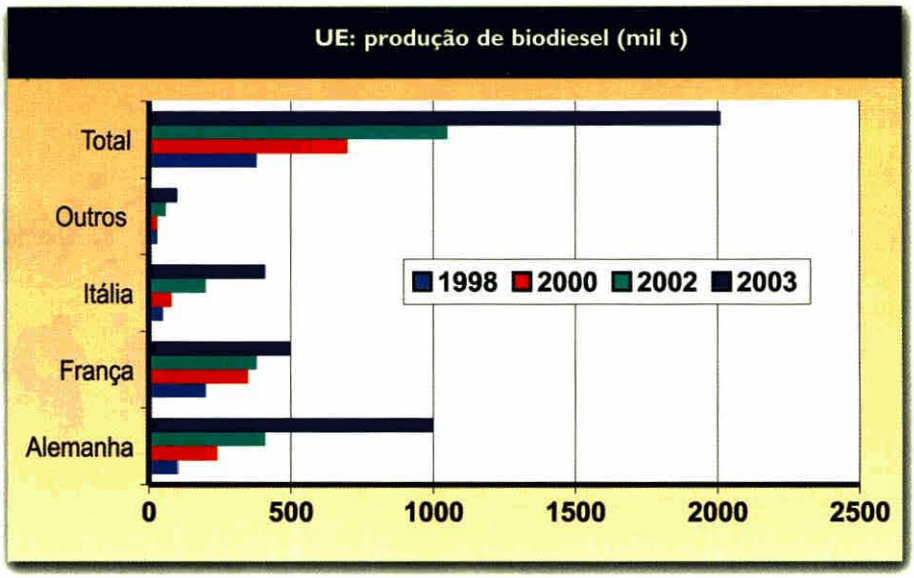
A UE é o principal produtor de biodiesel do mundo. A capacidade de produção praticamente dobrou de 1996 até os dias correntes. Em 2001, era de 1,6 milhão de toneladas. A produção se concentra em países que não taxam o produto. Alemanha, Fran-

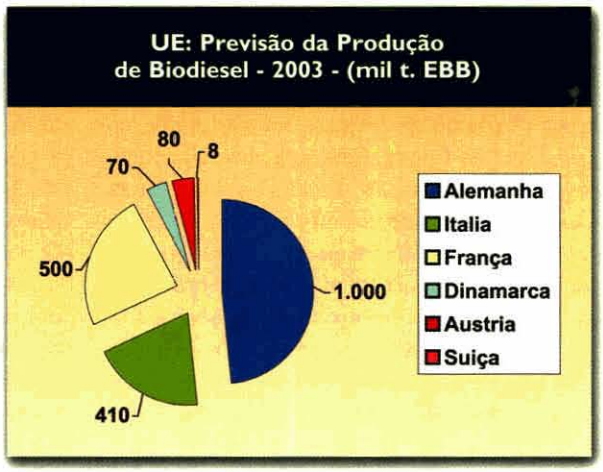
ça e Itália lideram o ranking da produção.

Os preços elevados da gasolina atraem investimentos em plantas de biodiesel na Alemanha. A capacidade de produção aumentará a médio prazo. Em 2003, já pode ter passado de 2 milhões de toneladas.

O marketing do biodiesel difere substancialmente das matérias primas vegetais. No começo o produto era vendido como alternativa do diesel comum. Quando é usado como mistura, a situação complica, pois a operação é feita nas refinarias. Os principais elos da cadeia são as refinarias de óleo, distribuidores, postos de bomba e os usuários finais.

A adesão das companhias petroquímicas e de fabricantes de carros é fundamental para o crescimento do biodiesel. É preciso dar garantia ao produto e desenvolver a engenharia dos motores. Os testes de acordo com o percentual da mistura de 2%, 30% e 100% puro de biodiesel mostrarão os resultados para cada tipo de uso. É uma questão-chave para o sucesso do programa.





Apesar da UE ainda não ser um grande mercado para o etanol, seus dirigentes dão passos no sentido de ampliar a participação de biocombustíveis na matriz energética.

Com ênfase nas questões ambientais e de preços, a abordagem difere dos Estados Unidos, onde as pressões concentram na larga expansão do bioeta-

Odor de batatas fritas na hora do rush

O alemão Rudolph Diesel, quando desenvolvia o motor conhecido com o seu nome, no final do século 19, pretendia empregar o carvão pulverizado e um óleo vegetal, o de amendoim, como combustível. Na Feira Mundial de Paris, em 1900, Diesel mostrou ser factível funcionar o motor com óleo combustível e ter na agricultura energética um meio importante para o desenvolvimento rural. Quando um veículo anda movido a biodiesel emite um cheiro de batatas fritas. Um odor muito comum no tráfego da Alemanha. Lá a matéria-prima principal é a colza, mas o girassol e a soja são muito usados na UE. Com 1.600 postos de abastecimento instalados, o biodiesel é a coqueluche nacional dos alemães, com preço de 0,76 euros por litro, enquanto o diesel convencional é vendido a 0,90 euros.Em 2003 foram produzidos no país 1,27 milhão de toneladas de colza (da família da canola), que ocupa quase a metade da área total da oleaginosa no continente (3,22 milhões de hectares). A Alemanha é o maior consumidor mundial de biodiesel, com 1,1 milhão de toneladas por ano e uma enorme rede de abastecimento. O consumo alemão representa quase 50% de toda a produção mundial de biodiesel, estimada anualmente em 2,1 milhões de toneladas. O crescimento deste mercado na Alemanha é explicado, em parte, pela completa isenção dos tributos em toda a cadeia produtiva desse biocombustível. Isso é o que o torna mais barato que o convencional. O decreto que propõe a isenção de impostos para o biodiesel entra em fase final nas discussões do parlamento alemão. A legislação diminuirá os custos: o diesel comum custa 0,86 euros e o biodiesel pode ser comprado a 0,60 euros. Com a isenção de impostos, a redução geral chegará a 20%. O consumo poderá disparar se as experiências com o produto 100% puro (B100) tiverem sucesso.

nol. Trata-se de uma diferença histórica. Na UE, a regulamentação sempre esteve associada ao uso eficiente do combustível.

A UE também regula em favor do diesel e de padrões ambientais, de modo que 35% da sua frota de veículo é tocada a diesel, cujo preço é 20% mais baixo do que a gasolina.

A regulamentação dos biocombustíveis segue as duas diretivas definidas pela Comissão Européia: 1- um nível mínimo de biocombustíveis como proporção do combustível vendido começa em 2% e alcança 5,75% em 2010; 2- uma redução nas taxas dos biocombutíveis ainda não definida, mas proposta de 50% pela Europe´s Council of Finance Ministers (ECOFIN)

Nos Estados Unidos, uma lei de abril de 2002 criou o Programa de Biodiesel para produção anual de 20 bilhões de litros. A cidade de Berkeley, na Califórnia, foi a primeira a anunciar o abastecimento de seus veículos públicos com 100% de biodiesel. A NASA testou e aprovou o produto.

A Argentina iniciou o seu programa em 2001, com o decreto governamental que isenta de impostos, por dez anos, toda a cadeia produtiva do combustível vegetal. Na Malásia, o maior produtor mundial de óleo de dendê, com produtividade de 5.000 quilos de óleo por hectare/ano, uma mega-usina começa a produção de 500.000 m3 de biocombustível por ano. Outros países, como Japão, Espanha e Itália, demonstram interesse em importar o produto. O grande impulso é a opinião pública, preocupada com fenômenos como as mudanças climáticas globais e o efeito estufa, entre outras. Uma tendência irreversível e de maior tônica para os próximos anos. ■

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:
Biodiesel: Rafaello Garofalo. A European Overview. Secretary General EBB-European Biodiesel Board.

Tentativa para sair do papel

Devido à queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e gás natural), a concentração de CO2 sobe muito: nos anos 90 passou de 280 para 360 partes por milhão (ppm). Se esse aumento continuar, no final do século 21 a temperatura terá subido em média de 3 a 6°C. Isso será suficiente para derreter geleiras, espalhar doenças tropicais, promover migração em massa de espécies e mudar o padrão de chuvas. Os cientistas alertam sobre a necessidade de implementar reduções entre 60% e 70% nas emissões de gases poluentes até a metade do século 21.

A primeira reunião sobre mudança climática e o efeito estufa foi realizada em 1960 em Londres. Depois, o debate foi retomado em Estocolmo (1972) e Genebra (1979, 1987 e 1990). Em 1992, houve a assinatura da Convenção Marco sobre a Mudança Climática na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro.

A seguir aconteceram nove reuniões das Conferência das Partes (COP), chamadas de Convenção de Mudanças de Clima, feitas pela ONU: Berlim-1995, Genebra-1996, Kyoto-1997, Buenos Aires-1998, Bonn-1999, Haia-2000,

Cronologia

- Aprovado e aberto à assinaturas em 14 de dezembro de 1997, durante a realização da 3ª Conferência das Partes da Convenção na cidade de Kyoto, Japão
- Complementa a convenção da ONU sobre mudança do clima no planeta, assinada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992
- Acordo internacional com metas fixadas para o controle dos gases causadores do efeito estufa
- Composto de um preâmbulo, 28 artigos e dois anexos
- Países desenvolvidos precisam reduzir em pelo menos 5,2%, em relação aos níveis registrados em 1990, as emissões dos gases no período de 2008 a 2012
- Para entrar em vigor, precisa ser ratificado por pelo menos 55 países, entre eles, os países desenvolvidos responsáveis por 55% das emissões
- Impõe a 39 países industriais a redução de suas emissões de gás carbônico e outros gases cujas emissões na atmosfera originaram o reaquecimento do planeta
- Não prevê compromissos de redução de emissões de gases para países em desenvolvimento, como o Brasil
- Compromissos serão juridicamente vinculatórios quando ratificado por 55 países cujas emissões somavam 55% do total mundial em 1990

Marraquech-2001, Nova Délhi- 2002 e Milão-2003.

Os Estados Unidos, responsáveis por quase 25% das emissões, abandonaram o protocolo em 2001, sob a alegação de ser prejudicial à economia do país. Ele geraria prejuízos de US$ 400 bilhões e 4,9 milhões desempregados. O presidente Bush considera também errada a exclusão dos países em desenvolvimento na obrigação de cortar emissões.

A UE, em 31 de maio de 2002, foi o primeiro grupo de nações industrializadas a ratificar o acordo. O presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em 23 de julho de 2002, a ratificação do Brasil no Protocolo de Kyoto.

Com a adesão de países responsáveis por 44% das emissões, a posição da Rússia, com 17%, passou a ser decisiva para o acordo. Na Conferência de Meio Ambiente de Johanesburgo, a Rio+10, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, a expectativa de que os russos fizessem a ratificação não aconteceu.

Enquanto o protocolo não entra em vigor, iniciativas são tomadas para dar maior transparências a ações voluntárias de empresas emissoras da gases com efeito estufa e investidoras no mercado de sequestro de carbono.. Os países aprovam legislações internas, com adoção de instrumentos similares aos mecanismos de desenvolvimento limpo (MDM).

Na verdade, o mercado de sequestro de carbono ainda não é global e formado por negociações locais a serem interligadas. É jovem, inexplorado e inconsistente, sem uma bolsa central. O Banco Mundial estima que cerca de 200 milhões de toneladas de CO2 foram transacionados desde 1996, a maioria na Grã-Bretanha A Global GHG Register, anunciado no World Economic Forum, realizado também durante dezembro em Milão, foi um passo importante para dar visibilidade e credibilidade aos projetos. No Brasil, existem diversas empresas engajadas em empreendimentos potencialmente elegíveis para o MDM. ■

Emissões de CO2 no mundo

País	Emissões	%
Alemanha	1.212.443	7,4
Austrália	289.965	2,1
Austria	59.200	0,4
Bélgica	113.405	0,8
Bulgária	82.990	0,6
Canadá	457.441	3,3
Dinamarca	52.100	0,4
Eslováquia	58.278	0,4
Espanha	260.654	1,9
Estados Unidos	4.957.022	36,1
Estônia	37.979	0,3
Federação Russa	2.388.720	17,4
Finlandia	53.900	0,4
França	366.536	2,7
Grécia	82.100	0,6
Hungria	71.673	0,5
Irlanda	30.719	0,2
Islândia	2.172	0,0
Itália	428.941	3,1
Japão	1.173.360	8,5
Letonia	22.976	0,2
Lietchtemstein	208	0,0
Luxaemburgo	11.343	0,1
Mônaco	71	0,0
Noruega	35.343	0,3
Nova Zelândia	25.530	0,2
Países Baixos	167.600	1,2
Polônia	414.930	3,0
Portugal	42.148	0,3
Reino Unido e Irlanda	584.078	4,3
Republica Checa	169.514	1,2
Romenia	171.103	1,2
Suécia	61.255	0,4
Suiça	43.600	0,3
Total	**13.728.306**	**100**

ONDE SABER MAIS:

- Centro de Estudos Integrados Sobre Mudanças Climáticas: www.centroclima.org.br
- Cepea/Esalq/Usp: www.cepea.esalq.usp.br
- Ministério de Ciência e Tecnologia: www.mct.gov.br/clima
- Painel Intergovernamental de Mudança Climática: www.ipcc.ch



Pequeno avanço em Milão

O secretário geral Joke Walter-Hunter lembrou que o ano de 2003 deve bater todos os recordes de temperaturas. É um "um sinal de alarme" para se levar a sério e avançar na redução das emissões poluidoras à atmosfera e em iniciativas como o reflorestamento.

Embora os delegados participantes acreditem na viabilidade do Protocolo, que conta atualmente com a ratificação de 199 países, responsáveis por 44% das emissões, a resistência russa deixa dúvida sobre o futuro do acordo.

É importante observar que a Rússia é o segundo maior exportador de petróleo do mundo e conta com a terceira maior reserva. Além disso, as suas emissões diminuíram 32% depois de 1990, com o encolhimento econômico face o desmanche da URSS. Agora o país quer uma compensação pela diminuição no "hot air".

Também não houve acordo sobre a criação de um fundo de ajuda ao Terceiro Mundo, de US$ 410 milhões a partir de 2005, porque os países da Opep solicitaram inclusão entre os beneficiários. Os produtores de petróleo querem ser compensados pela queda das vendas em razão do incentivo ao uso de energias renováveis.

Um ponto interessante do encontro foi a decisão do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico em aceitar com elegíveis para o Mecanismo de desenvolvimento Limpo (MDL), as áreas de Preservação Permanente (APP's) e as reservas legais para gerar créditos de carbono.

Na reta final

Depois de muita polêmica, a Lei de Biossegurança deve ser discutida e votada pelo Congresso nos próximos meses

Se o ano de 2003 será lembrado como um verdadeiro marco nas discussões sobre transgenia no Brasil, agora em 2004 a matéria terá a sua regulamentação, com o envio do projeto de lei de Biossegurança ao Congresso Nacional pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Fica revogada a lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, conhecida como lei de Biossegurança, e também a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, que dava plenos poderes a Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio).

A expectativa é de que a aprovação do PL de Biosseguranca atenda os desafios futuros da pesquisa brasileira e venha ao encontro dos cenários institucionais e de mercado traçados para o século 21.

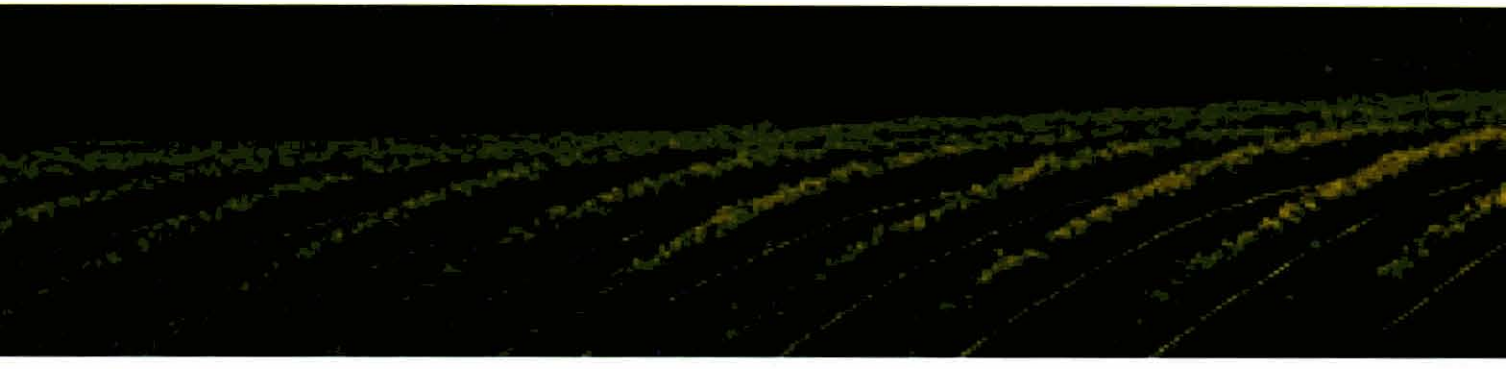
O texto original elaborado pelo Executivo teve alterações propostas no substituto do relator (o deputado Aldo Rebelo), principalmente nos sequintes pontos:

Fundo de Pesquisas/CIDE-OGM

1. Criação de um fundo de Incentivo ao Desenvolvimento da Biotecnologia para Agricultores Familiares;
2. Os recursos vão ser destinados exclusivamente às universidades e entidades públicas de pesquisa e deverão ser aplicados em pesquisas de engenharia genética preferencialmente;
3. Os recursos para esse fundo virão de uma contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) sobre a comercialização e importação de sementes e mudas de cultivares geneticamente modificados;
4. A CIDE-OGM terá alíquota de 1,5% e incidirá sobre o valor final da comercialização ou de importação de sementes ou mudas geneticamente modificadas.

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)

1. Permanece vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, mas terá autonomia para estabelecer as normas para pesquisa com organismos geneticamente modificados;
2. Será composta por 27 membros: 12 cientistas, 9 representantes do governo (Ministérios de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrá-



2003: Cronologia dos transgênicos

• **21 de fevereiro:** Decreto nº 4.602 institui a Comissão Interministerial para construir uma visão integrada do Governo sobre o tema

• **26 de março:** Medida Provisória nº 113, estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra 2002/2003

• **24 de abril:** Decreto nº 4.680 estabelece regras mais rígidas que as anteriormente existentes, no nível mais restrito na experiência internacional, sobre a rotulagem de produtos que contêm OGMs

• **25 de julho:** Mensagem Presidencial nº 349 encaminha ao Congresso Nacional proposta de adesão do Brasil ao Protocolo de Cartagena. Também estabelece medidas voltadas a fortalecer o poder do Estado no exercício de suas competências sobre a matéria e atender aos interesses da sociedade

• **25 de setembro de 2003:** Medida Provisória nº 131, estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003/04

• **31 de outubro:** Presidente Lula encaminha Projeto de Lei de Biossegurança para aprovação do Congresso

• **15 de dezembro:** Lei nº 10.814 converte em Lei a Medida Provisória nº 131

rio, Agricultura, Desenvolvimento, Defesa, Secretaria Especial da Pesca e Segurança Alimentar) e seis representantes da sociedade civil;

3. Os ministros darão a palavra final sobre a indicação dos representantes da sociedade civil, que serão escolhidos por lista tríplice.

Conselho Nacional de Biossegurança

1. Não emite opiniões sobre questões técnico-cientificas, mas é órgão máximo para tomar qualquer decisão "quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade sócio- econômica, ou seja sobre a liberação do plantio, da comercialização e do consumo;

2. Depois que a CTNBio enviar parecer ao Conselho favorável à liberação comercial, os ministros terão um prazo máximo de 90 dias para dar a palavra final;

3. Uma das principais mudanças é que os ministérios podem até se manifestar contra o parecer da CTNBio no Conselho, mas não tem poder de veto. A redação do texto ficou mais clara e explícita que o parecer dos ministérios apenas serve "de base" para a decisão final do CNBS;

4. Composto por quinze ministros: Casa Civil, Comunicação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Justiça, Saúde, Segurança Alimentar , Meio Ambiente, Relações Exteriores, Desenvolvimento, Fazenda, Planejamento, Defesa e Secretária Especial da Pesca;

5. O CNBS contará com uma Secretaria Executiva, vinculada a Casa Civil. ▶

UE rotula os transgênicos

Os países membros da União Européia endossaram, em julho de 2003, as regras que completam o círculo regulatório para levantar a entrada de novos produtos transgênicos no continente. Isso é válido para todos os produtos que levem transgênicos em sua composição, inclusive as 18 variedades de ogm's aprovados antes de 1998, quando a emissão de registros foram suspensas.

O rótulo do óleo proveniente de soja transgência deverá trazer a frase "produzido a partir de trnsgênicos". Isso vale para massa de pizza, salsichas, pipoca, etc. com mais de 0,9% de transgênicos.

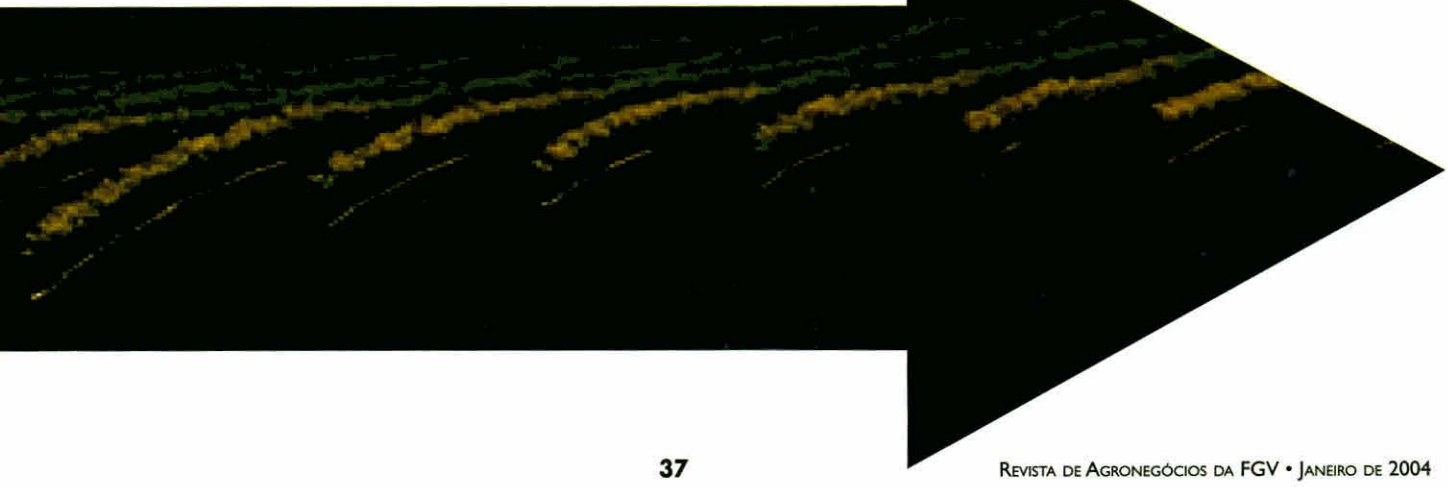
Os principais pontos aprovados pelo Parlamento Europeu para os ogm's foram:

• Rotulagem: todos os produtos e ingredientes deverão ser rotulados, incluindo ração animal e alimentos processados, como açúcares, óleos e amidos.

• Rastreamento: carregamentos de grãos deverão trazer um código de identificação, de modo que o produto possa ser rastreado até a fazenda que o originou. O objetivo é facilitar um recall, se necessário.

• Segregação: carregamentos de grãos identificados como não-transgênicos poderão conter uma pequena mistura de ogm's. A tolerância será de 0,9% para variedades já aprovadas na UE.

• Contenção: os países podem adotar medidas apropriadas para impedir a presença não intencional de ogm's em outros produtos. Por exemplo, determinar distâncias mínimas entre plantações ou até impedir o cultivo de transgênicos em determinadas áreas.



Tira-dúvida sobre transgênicos

20 perguntas e respostas preparadas pela Organização Mundial de Saúde a respeito da segurança dos OGMs.

1. *O que são organismos geneticamente modificados?*

– Ogms são produtos cujo material genético (DNA) foi alterado através da "biotecnologia", "recombinação de DNA" e "engenharia genética". Os genes individuais selecionados são transferidos de um organismo para outro, inclusive entre espécies não-relacionadas.

2. *Por que são produzidos os ogm's?*

– Porque trazem vantagens para o produtor ou para o consumidor, em termos de preço, valor nutritivo e durabilidade . No inicio os ogm's davam a proteção à lavoura, pela introdução da resistência contra as doenças causadas por insetos ou vírus ou por um aumento da tolerância aos herbicidas.

A resistência aos insetos é conseguida com a incorporação do gene produtor da toxina da bactéria Bacillus thuringiensis (BT), usada como inseticida convencional na agricultura e segura para o consumo humano. As lavouras exigem menores quantidades de inseticidas onde é alta a pressão exercida pela praga.

A resistência do vírus é obtida através da introdução do gene de alguns dos vírus causadores de doenças e torna as plantas mais produtivas, enquanto a tolerância ao herbicida advém da introdução de genes de bactérias resistentes aos herbicidas. As plantas exigem menos quantidade de herbicidas, onde a pressão exercida pelas ervas daninhas .

3. *Os alimentos GM são avaliados de maneira diferente dos alimentos tradicionais?*

– Alimentos desenvolvidos através de métodos tradicionais são considerados seguros pelos consumidores. As suas características podem ser alteradas de forma positiva ou negativa, sem aplicação de rigorosa técnica de avaliação de risco.

Para os ogm's, as autoridades realizam análise de risco em relação à saúde humana e ao meio ambiente. O Programa de Segurança Alimentar da OMS auxilia identificar os alimentos para serem submetidos à análise de risco e recomendar avaliações corretas.

4. *Como são determinados os potenciais riscos para a saúde humana?*

– Pela análise dos efeitos: (a) diretos na saúde, (b) de reação alérgica, (c) dos componentes específicos com propriedades nutritivas ou tóxicas, (d) de estabilidade do gene inserido, (e) nutritivos associados à modificação genética e (f) indesejáveis da inserção do gene.

5. *Quais são os principais pontos de preocupação quanto à saúde humana?*

– Existem três pontos principais :

Alergenicidade: os ogm's são avaliados pela FAO e pela OMS.

Transferência de Gene: a sua transferência para as células do corpo ou para a bactéria encontrada no trato gastrintestinal, se afetasse de maneira adversa à saúde humana, como por exemplo a resistência a antibióticos. Essa probabilidade é baixa, mas o uso da tecnologia sem genes resistentes a antibióticos foi desencorajado por peritos da FAO/OMS.

Mutação Externa: A mutação e mistura dos genes de plantas transgênicas para culturas convencional ou espécies podem ter efeito indireto sobre a segurança dos alimentos. Traços de um tipo de milho aprovado somente para uso como ração apareceram em produtos para consumo humano nos Estados Unidos. Diversos países adotaram estratégias para reduzir a mistura, com separação dos campos com culturas GM e convencionais.

A aplicação de métodos de monitoramento de segurança pós-comercialização de produtos ogm's está em discussão.

6. *Como é feita a análise de risco para o meio-ambiente?*

– Através da análise das características e do efeito da sua relação com ogm.

7. *Quais são os pontos de preocupação com relação ao meio ambiente?*

– Variam de acordo com as condições locais e incluem a capacidade do gene escapar e ser introduzido em populações selvagens, a persistência do gene após o ogm ser colhido, a susceptibilidade de organismos não-objetivados (ex. insetos que não são pragas) ao gene do produto, a estabilidade do gene, a redução no espectro das plantas incluindo a perda de biodiversidade e o aumento do uso de produtos químicos na agricultura.

As investigações enfocam o efeito danoso a insetos benéficos de uma introdução mais rápida de insetos resistentes, o desenvolvimento de novas patogenias das plantas, a mutação de genes com resistência a herbicidas para outras plantas e as conseqüências maléficas à biodiversidade e à vida selvagem.

8. *Os ogm's são seguros?*

– Como incluem genes diferentes inseridos de maneiras alternativas é impossível fazer afirmações genéricas sobre a sua segurança. Cada ogm passa por avaliações de risco conforme os princípios do Codex e pode ter monitoramento pós-comercialização. Nenhum efeito à saúde humana foi detectado como resultado do seu consumo.

9. *Como os ogm's estão regulamentados?*

– A legislação varia entre países e evolui em vista das dinâmicas dos debates. Em muitos deles nem existem. O enfoque concentra na avaliação de risco para a saúde do consumidor e o ambiental, bem como normas para análises e rotulação na comercialização.

10. *Quais tipos de ogm's estão no mercado internacional?*

– Os genes usados nas culturas transgênicas derivam de microorganismos e possuem três características básicas: resistência aos danos causados pelos insetos; resistência a infecções virais e tolerância a certos herbicidas.

11. *Como os ogm's são comercializados internacionalmente?*

– Não existe sistema regulatório específico. Diversas organizações internacionais trabalham na criação de protocolos. A FAO e a OMS têm em conjunto a Comissão Alimentarius Codex (Codex), responsável pela compilação de padrões, práticas, orientações e recomendações, que constituem o código internacional de alimentos - o Codex Alimentarius .

O Codex desenvolve princípios para a análise de riscos à saúde humana para a avaliação antes da inserção do produto no mercado. O trabalho é realizado caso a caso e inclui a avaliação tanto dos efeitos diretos (a partir do gene introduzido) como dos efeitos indesejáveis (podem surgir como conseqüência da inserção de um novo gene).

Sem efeito compulsório sobre as legislações nacionais, os princípios do Codex fazem parte do Acordo de Sanidade e Fitossanidade da Organização Mundial do Comércio (Acordo SPS) e são referências nas disputas comerciais.

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (CPB) regulamenta as mutações e inclui no seu escopo os organismos vivos modificados (OVMs), capazes de transferir ou replicar material genético. É um tra-

tado ambiental legalmente compulsório para as partes signatárias. Uma exigência para os exportadores buscarem o consentimento dos importadores antes do lançamento dos OVMs .

12. *Os produtos ogm's são submetidos a uma avaliação de riscos?*

– Todos os produtos passam por avaliações de risco ambiental e para a saúde humana.

13. *Por quê a preocupação da sociedade européia sobre ogm's?*

– Na virada dos anos 80 para 90, os resultados das pesquisas moleculares atingiu o domínio público, sem a consciência dos consumidores a respeito do seu potencial. Como a biotecnologia moderna cria novas espécies, veio a preocupação com a segurança.

Na medicina, a biotecnologia é aceita mais rapidamente como benefício para a saúde. Os primeiros ogm's introduzidos no mercado europeu não traziam aparentemente benefício para os consumidores em termos de preço, valor nutritivo e durabilidade. O receio do consumidor na Europa resultou do surto de doenças com alimentos no final da década de 90, sem ligação com ogm's. As questões levantadas diziam respeito às avaliações de risco ambiental e à saúde, com enfoque nos seus efeitos a longo prazo, além da alergenicidade e a resistência antimicrobiana. As preocupações dos consumidores dispararam uma discussão sobre a necessidade de se rotular e permitir uma escolha informada dos ogm's, cuja detecção é difícil em concentrações muito baixas.

14. *A preocupação afetou a comercialização de ogm's na União Européia?*

– O movimento resultou na chamada moratória de aprovação e a instituição de legislação específica desde o início dos anos noventa. O procedimento para aprovar a liberação é bastante complexo e requer o acordo entre os Estados-Membros e a Comissão Européia. Entre 1991 e 1998, foi autorizada a comercialização de 18 ogm´s.

A partir de outubro de 1998, nenhuma autorização adicional foi concedida e há atualmente diversas solicitações pendentes. Alguns Estados-Membros invocaram a safeguard clause [cláusula de salvaguarda] para banir a colocação de ogm's no mercado de seus países. Dos casos em andamento, alguns foram examinados pelo Scientific Commitee on Plants [Comitê Científico de Plantas], com parecer de não justificativa ao banimento diante das informações submetidas pelos Estados-Membros.

Durante a década de 1990, a estrutura de regulamentação foi aperfeiçoada em resposta às preocupações da sociedade . As normas tratam do processo de avaliação de riscos e tomada de decisões quanto à liberação de ogm´s, com monitoramento dos efeitos em longo prazo da sua interação com o ambiente. A rotulação de produtos ogm´s é obrigatória com mais de 1% para DNA ou proteína resultante de modificação genética.

Em 2001, a Comissão Européia adotou a proposta de rastreabilidade, reforçando as normas de rotulação e otimizando o procedimento de autorização para ogm´s.

15. *Como anda o debate público sobre ogm´s em outras partes do mundo?*

– Os conteúdos dos debates são parecidos, mas os seus fechamentos diferem em questões como a rotulação e rastreabilidade. De qualquer forma, a avaliação de riscos em fase de pré-comercialização e as disposições do Protocolo de Cartagena sobre biossegurança revelam uma crescente compreensão internacional, enquanto o Codex Alimentarius mostra progresso na harmonização dos conceitos de avaliação de riscos. As discussões tendem a se concentrar no contexto mais amplo de outros usos e conseqüências da biotecnologia (por exemplo na medicina para tratamento de pessoas).

16. *Como os alimentos são encarados nas diferentes partes do mundo?*

– Os alimentos muitas vezes têm conotação cultural e histórica e, em alguns casos, podem ter importância religiosa. Os ogm's podem causar reações negativas entre os consumidores, especialmente se não houver informações suficientes sobre os esforços realizados na avaliação de riscos e a relação custo-benefício.

17. *E os direitos de propriedade dos agricultores sobre as suas lavouras?*

– Direitos de propriedade intelectual (DPIs) é um dos elementos a ser discutido na questão dos ogm's . As obrigações de patentes estabelecidas no Acordo de TRIPS , no âmbito da OM, são discutidos à luz da diversidade de lavouras. Sob o ponto de vista do uso da tecnologia genética na medicina, a OMS analisou o conflito existente entre os DPI, a igualdade de acesso a fontes genéticas e como compartilhar seus benefícios. Entram em jogo problemas de monopólio e dúvidas sobre novos regulamentos de patentes no campo das seqüências genéticas na medicina humana e nos ogm´s.

18. *Há preocupação com a maior influência da indústria química na agricultura?*

– A agricultura sustentável e a biodiversidade recomendam uma ampla variedade de culturas em termos de boas práticas, da sociedade, como um todo e dos valores atribuídos aos alimentos.

Como resultado dos interesses das indústrias químicas nos mercados de sementes, as variedades usadas pelos agricultores podem ficar reduzidas a culturas transgênicas, com impacto à cesta de alimentos e a proteção das lavouras (por exemplo, com o desenvolvimento de resistência contra insetos daninhos ou determinados herbicidas). A exploração exclusiva de culturas General Meeting tolerantes a herbicidas tomaria o agricultor dependente desses produtos químicos. A pergunta é se uma dominação da indústria química no desenvolvimento da agricultura constitui uma via sustentável.

19. *Que outros desenvolvimentos podem ser esperados na área de ogms?*

– No futuro, incluirão plantas com maiores índices de nutrientes e mais resistentes a doenças e à seca, plantas e animais produtores de proteínas com importância farmacêutica, tais como vacinas e espécies de peixes com melhores características de desenvolvimento.

Novos desenvolvimentos podem ser encontrados nos trabalhos realizados pelo Codex da Força Tarefa ad hoc sobre Alimentos Derivados da Biotecnologia e nas consultas organizadas pela FAO e OMS. Existe um arcabouço aprimorado e harmônico para a avaliação dos riscos de alimentos General Meeting. Também questões específicas, como a avaliação dos níveis alergênicos de alimentos General Meeting ou de seguranças dos alimentos derivados de microorganismos General Meeting, estão abordadas. A FAO e a OMS preparam material sobre alimentos derivados de animais GM.

20. *O que a OMS tem feito para melhorar a avaliação dos alimentos GM?*

– A OMS deve publicar um trabalho mais amplo sobre alimentos General Meeting, com uma avaliação mais holística dos ogm´s do ponto de vista da saúde, meio ambiente, de segurança estratégica e social, ligados a aspectos éticos, acesso e capacitação. O relatório, desenvolvido pela FAO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), deve constituir a base para futuras iniciativas na direção de uma avaliação mais sistemática, coordenada, multi-organizacional e internacional de ogm's.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: http://www.who.int/foodsafety/publications/biotech/20questions/en/

Projeções para a agropecuária

Quais são as expectativas para este ano

FÉLIX SCHOUCHANA e FABIANA S. PEROBELLI

A formação das expectativas de preços para o futuro nasce a partir da informação disponível sobre o mercado e o preço a vista de uma mercadoria. Outras variáveis também são fundamentais, como o câmbio, a taxa de juros projetada e o custo de carregamento da commodity.

No final de 2002 o ambiente no Brasil era de incertezas, a taxa de câmbio chegou a valores próximos a R$ 4 por US$ 1. A preocupação dos investidores era se o recém-eleito presidente Lula manteria a política de combate à inflação.

As especulações e a subida dos preços das commodities internacionais elevaram os índices de inflação (IGP-DI) de 16,3% para 23,09%, de outubro a novembro de 2002 (taxa acumulada ao ano). Para conter o processo inflacionário e a deterioração cambial, a taxa básica da economia (Selic) chegou a 26,5% ao ano.

Em termos macroeconômicos, 2003 serviu para mostrar a preocupação do governo com as metas de inflação e de redução da taxa nominal de juros. O ambiente para 2004 é mais promissor. Até outubro de 2003, os índices de inflação acumulavam uma taxa ao ano de 6,52% para o IGP-DI e de 7,52% para o IGP-M. Com uma taxa de câmbio em R$ 2,89/US$, em dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) fixou a Selic a 16,5% ao ano.

Mercado de café

Apresenta mudança de expectativa, com as curvas dos vencimentos para 2004, março e setembro, sempre acima das curvas dos mesmos vencimentos de 2003, em função da divulgação da safra nacional de 2003/04, com uma colheita estimada entre 32 e 37 milhões de sacas de café, ante o volume anterior de 50 milhões de sacas. O efeito não será exacerbado pelo fato dos estoques estarem elevados.

Em termos mundiais, a safra 2003/04 apresenta uma produção de 105 milhões de sacas, ante o volume anterior de 124 milhões de sacas. Os estoques apresentam elevação, com um volume de 28 milhões de sacas, ante o volume de 20 milhões de sacas da safra 2002/03. Essa queda é atribuída ao resultado brasileiro. A existência de um estoque inicial amenizou os efeitos de alta sobre o preço do café.

Boi gordo

Com as cotações do dólar registradas em 2002, o Brasil ampliou sua participação no mercado internacional de carnes e viabilizou uma elevação dos preços do boi gordo. As expectativas projetadas para 2003 são de preços a R$ 54/@ para maio (safra) e R$ 65/@ para outubro (entressafra), ou seja, uma diferença de 20% entre a safra e a entressafra.

O ano de 2003 não corroborou as expectativas. Os preços em maio ficaram em R$ 52,02/@ e em outubro a R$ 59,26/@. No pico da entressafra de novembro chegou a R$ 60,34/@. A diferença entre maio e outubro foi de 14%, abaixo dos 20% projetados. Apesar de 2003 encerrar com um recorde de exportações brasileiras de carne bovina, com volume estimado de 1,3 bilhão de toneladas, 25% a mais que em 2002, os embarques representam 17% da produção de carne, ou seja, 83% do consumo de carne estão no mercado interno.

Os preços do boi só sustentariam expectativas iniciais, além do desempenho exportador, se houvesse uma melhora da demanda interna. Para 2004, as expectativas estão próximas ao que ocorre atualmente com o mercado físico. O preço a vista em 17 de dezembro estava em R$ 60,06/@, as projeções para maio a R$ 57,41/@ e para outubro a R$ 66,55/@, um diferencial de 16%.

Açúcar e álcool

O mercado de açúcar apresentou uma clara mudança de expectativas para 2004. Em fins de 2002, as projeções eram de preços de US$ 11/saca para março de 2003, com influência do movimento de alta no preço do açúcar no mercado internacional. Além disso, apesar do aumento da produção brasileira de açúcar na safra 2002/03, os estoques iniciais nacional e mundial estavam em queda. No Brasil, os estoques se reduziram de 860 mil para 270 mil toneladas. E em termos mundiais a redução foi de 37,424 milhões para 33,989 milhões de toneladas.

Já para 2004, a expectativa de preços é mais modesta, como pode ser notado. Para abril de 2004 a projeção é de US$ 7,10/saca e para julho de US$ 6,70/saca. A reversão das expectativas se deve ao aumento projetado para a produção interna na safra 2003/04 e à elevação dos estoques iniciais.

Além do aumento da produção interna, importantes países compradores como Rússia e China aumentaram sua produção interna, diminuindo, portanto, a demanda mundial e pressionando os preços do açúcar. No mercado interno, os preços do açúcar em dezembro de 2002 estavam em US$ 11/saca e atingiram US$ 13,25/saca em abril de 2003. Já em dezembro de 2003 os preços estavam em US$ 7,3/saca.

Tomando o mês de março com entressafra, o mercado de álcool trabalha com projeções de R$ 730/m3 para 2004, contra R$ 1170/m3. A mudança de expectativas se deve à existência de estoques de passagem. O produto também registrou aumento da produção. Para a safra 2003/04, a Unica estima uma produção de 12,8 bilhões de litros ante o volume de 11 bilhões de litros na safra 2002/03. Nesse cenário, há expectativa de preços inferiores para 2004 aos que eram projetados para 2003.

Milho e soja

Os preços do milho apresentaram durante 2003 uma trajetória de redução: passaram de R$ 29/saca para R$ 16/saca , de janeiro a agosto. Esse comportamento foi reflexo do aumento de produção na safra 2002/03, de 47 milhões de toneladas ante o volume anterior de 35 milhões de toneladas. O estoque inicial avançou de 1 milhão de toneladas para 5,8 milhões de toneladas. Para 2003/04, a estimativa da Conab é de uma produção de 45 milhões de toneladas.

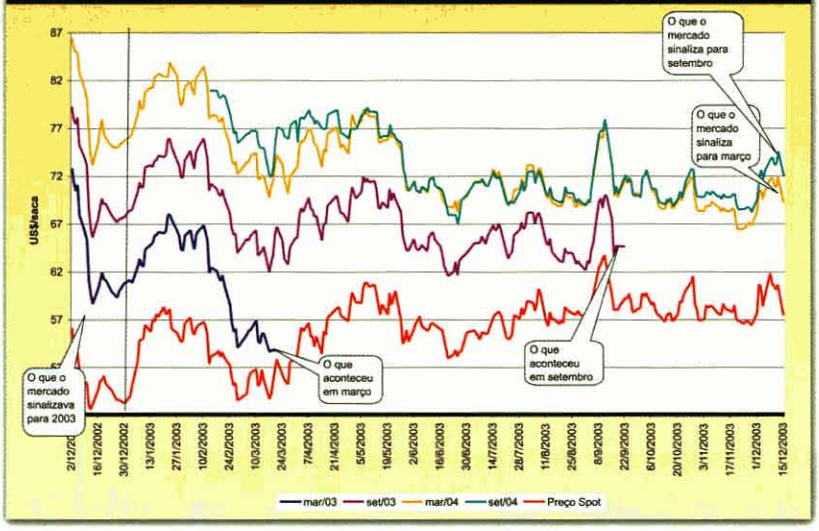
As expectativas para 2004 projetam

Oferta e demanda de açúcar no Brasil e no Mundo

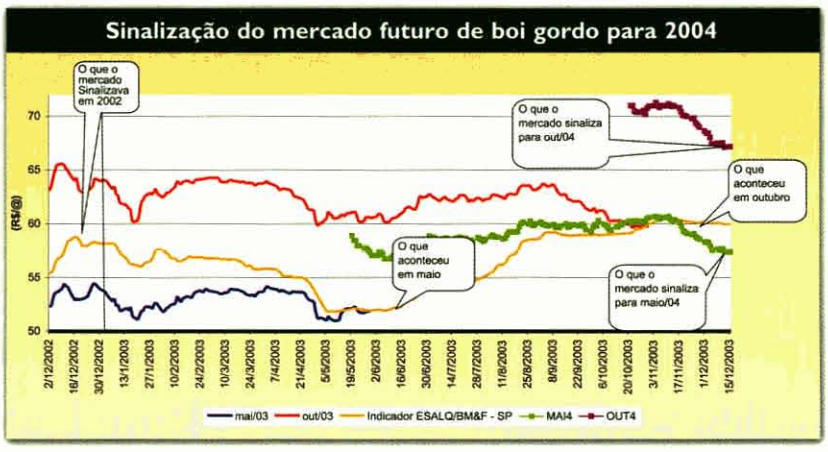
Ano-Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Oferta Total	Exportações	Consumo Doméstico	Estoque Final
			1.000 toneladas métricas				
			Brasil				
1999/00	1.010	20.100	0	21.110	11.300	9.100	710
2000/01	710	17.100	0	17.810	7.700	9.250	860
2001/02	860	20.400	0	21.260	11.600	9.450	210
2002/03	210	23.810	0	24.020	14.000	9.750	270
2003/04	270	24.780	0	25.050	14.250	10.050	750
			Mundo				
1999/00	32.372	136.531	36.073	204.976	41,448	127.395	36.133
2000/01	36.133	130.495	38.646	205.274	37.686	130.164	37.424
2001/02	37.424	134.888	37.695	210.007	41.228	134.790	33.989
2002/03	33.989	147.336	39.169	220.494	45.724	137.725	37.045
2003/04	37.045	144.635	37.237	218.917	45.107	139.311	34.499

Fonte: USDA (nov/03)

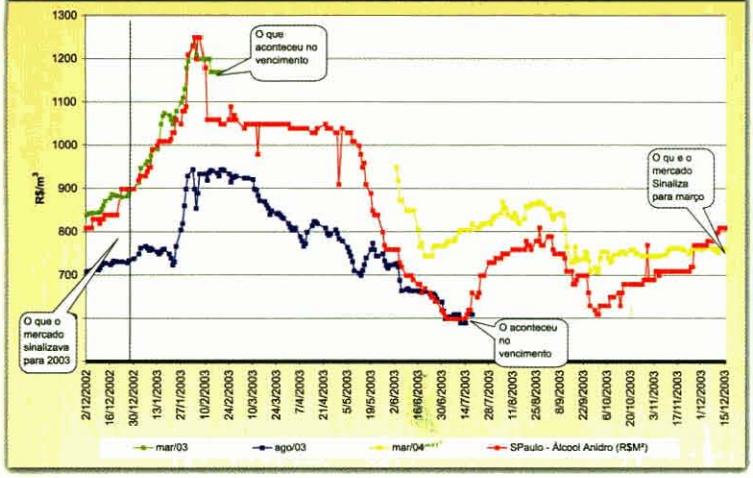
Sinalização do mercado futuro de café arábica para 2004



Sinalização do mercado futuro de boi gordo para 2004



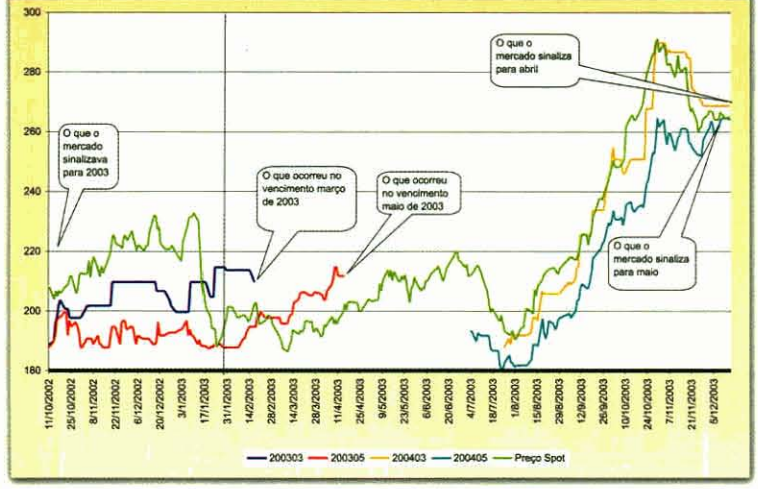
Sinalização do mercado futuro de álcool para 2004



Sinalização do mercado futuro de milho para 2004



Sinalização do mercado futuro de soja para 2004



preços de R$ 19,80/saca para março e R$ 21,60/saca para setembro. Se o quadro delineado para 2004 é próximo ao cenário de 2003, as expectativas superam ao mercado a vista e revelam alguns fatores de incerteza para os meses futuros.

A produção da Argentina, que sofreu problemas no plantio da safra de verão 2003/04, tem expectativa de redução de 18,52%, segundo o relatório de dezembro do USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos). A exportação chinesa deve cair 15,24 milhões de toneladas para 8,5 milhões de toneladas de 2003 para 2004.

No ambiente doméstico, paira o problema de logística no pico de safra, que tende a se agravar com a safra recorde de esperada para a soja e a persistir a proibição do embarque de transgênicos pelo porto de Paranaguá. Há também incertezas quanto à dimensão da safrinha brasileira, devido à pequena quantidade de insumos adquirida pelos produtores até o momento, e ao clima que parece não ser tão favorável quanto o ano de 2003.

O mercado de soja intensificou suas projeções para 2004, ante as projeções feitas para 2003. Para maio de 2004, o mercado projeta preços da soja em Paranaguá de US$ 270/tonelada, sendo que neste mês em 2003 estava em US$ 215/tonelada.

A continuidade das projeções altistas para a soja se deve ao aumento da demanda chinesa. Em 2001/02, o consumo chinês foi de 28,31 milhões de toneladas e uma importação de 10 milhões de toneladas. Em 2002/03, estes volumes passaram, respectivamente, para 35 e 21 milhões de toneladas. Para 2003/04, o USDA projeta um novo aumento, para, respectivamente, 38 e 22 milhões de toneladas. Há de se considerar um importante dado do lado da oferta, onde os Estados Unidos apresentaram uma diminuição de 8 milhões de toneladas na colheita, que ficou em 66,7 milhões de toneladas na safra 2003/04, devido a problemas climáticos.

As expectativas dos agentes se alteram de acordo com o cenário que possuem no momento da projeção. As mudanças são diárias à medida que incorporam novas informações. Daí, os preços nos mercados futuros alterarem constantemente até encontrar com o mercado físico na data do vencimento. Fica sempre a lição: não há condições de saber antecipadamente o que irá acontecer com os preços futuros. Este papel cabe ao mercado futuro, de proteger os agentes da incerteza futura. ■

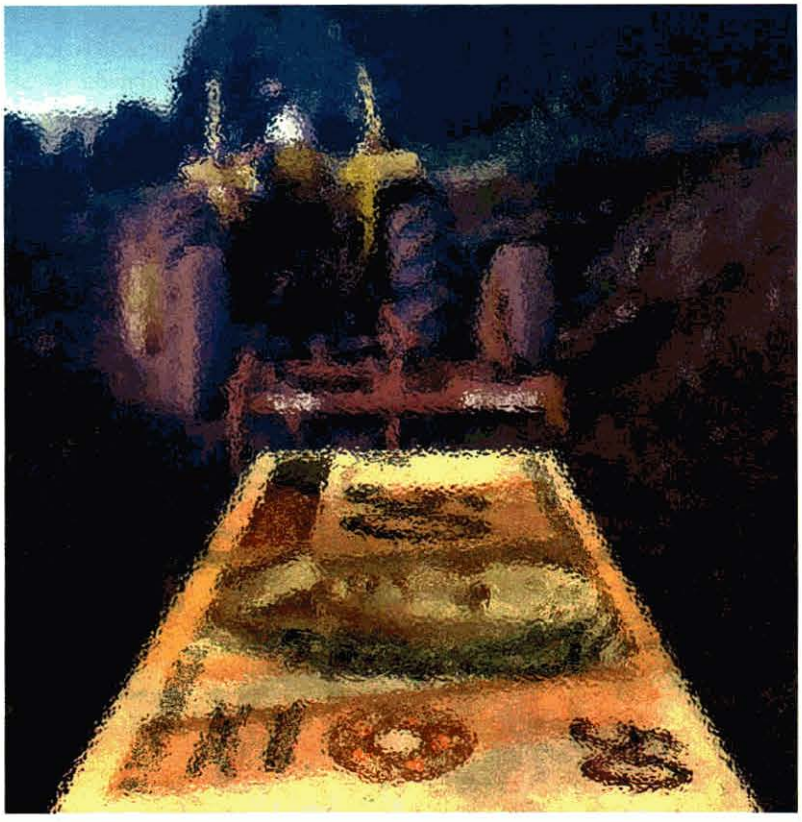
FÉLIX SCHOUCHANA *é diretor de Mercados Agrícolas da BM&F. E-mail: felix@bmf.com.br.* **FABIANA S. PEROBELLI** *é economista da BM&F. E-mail: fabianap@bmf.com.br*

Quem paga a conta?

O mercado tende a redistribuir o custo da reforma tributária

LUIZ AUGUSTO GERMANI

Diante de qualquer alteração na legislação, principalmente de natureza tributária, o analista especializado se dirige às normas tributárias do setor da economia em que atua. De forma instintiva, o tributarista, contador ou administrador, com responsabilidades profissionais na área do comércio internacional, tende naturalmente a se ater às altas ou aos rebaixamentos da carga fiscal. A mesma atitude acontece quando o interesse principal é a atividade primária e o agronegócio: avaliar a alteração da incidência tributária sobre o produto e a operação.



Os profissionais dedicados à matéria tributária do setor da agropecuária e do agronegócio consideram em sua maioria vantajosas as mudanças ocorridas no texto final da Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária - PEC 74, ocorrida no Senado Federal, pois passou a gerar uma potencial economia fiscal, em vários aspectos:

1- A redução da carga fiscal com o rebaixamento dos impostos incidentes sobre os insumos agroquímicos e sobre os fertilizantes poderá chegar R$ 4 bilhões;

2- Na compra de máquinas e implementos agrícolas, a redução da alíquota de ICMS de 5,6% para 4% poderá gerar uma economia fiscal acima de R$ 30 milhões de reais ao ano;

3- Os produtores rurais, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, serão tratados de forma diferenciada diante da incidência do ICMS, o que reduzirá sua carga e simplificará o seu pagamento, de forma similar ao que já acontece no caso dos contribuintes que puderam optar pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das

A indústria de trigo terá custos tributários maiores na aquisição de produto estrangeiro

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

De outro lado, existem alguns aspectos perniciosos na nova legislação tributária:

1- A exacerbação da carga fiscal na importação de insumos e matérias-primas que serão consumidos pelo setor do agronegócio, tendo em vista que virão a ser tributados pelo PIS (já com uma alíquota incidente de 1,65%), a COFINS (que passará a 7,6%) e a CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre o álcool etílico combustível. Os argumentos do governo, no sentido de que o fim da cumulatividade arrefeceria os efeitos da majoração das alíquotas, não se comprovaram, em projeções efetuadas pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

2- Sobre as relações comerciais entre pessoas físicas e jurídicas, mal coordenadas, no texto da MP 135.

A indústria de moagem de trigo, dependente de matéria-prima importada, deverá ter custos tributários maiores na aquisição de produto estrangeiro, que, sem dúvida nenhuma, serão repassados para o preço do produto final, senão minimizados nos preços a serem pagos ao produto nacional. Se tal situação será de grande interesse e incentivo para o triticultor brasileiro, existe o risco de uma colheita não suficiente para o abastecimento da indústria, frente condições geoclimáticas adversas, ou pela simples opção do produtor à cultura mais apta e rentável, como, por exemplo, a soja.

Já o produtor rural será prejudicado, se não for assegurado, no texto da MP 135, o direito das pessoas jurídicas utilizarem-se de crédito presumido de 100% da COFINS quando adquirirem produtos de origem vegetal - especialmente hortifrutigranjeiros e algodão -, pois foi impossibilitada, na prática, a aplicação do princípio da não-cumulatividade na comercialização de tais produtos.

O crédito presumido da COFINS é concedido ao estabelecimento, pessoa jurídica, que adquirir produtos de pessoas físicas. Mas, há situações em que se torna impossível realizar essa compensação, pois está fixado na MP que a não-cumulatividade se aplica somente a produtos destinados à alimentação humana ou animal, o que exclui o algodão.

Também está estabelecido que somente será concedido crédito presumido para a pessoa jurídica que, ao adquirir um produto de pessoa física, beneficie ou transforme o produto, de forma a agregar-lhe valor.

Os produtos hortifrutigranjeiros vendidos, no varejo, exatamente como colhidos no campo e, sendo o comprador simplesmente um distribuidor/embalador, sem transformar o produto, não terá o direito ao crédito, aumentando seus custos fiscais e os preços ao consumidor final, ou, de outra forma, diminuindo o preço a ser pago pelo produto, no momento da aquisição junto ao produtor rural, se o mercado não absorver o repasse.

Não se entenda como um demérito de qualificação do profissional da análise fiscal/tributária, centrar em variáveis que interessem diretamente a um setor econômico, a um grupo, ou, até mesmo, a um cliente em especial.

Entretanto, cabe desenvolver as análises setoriais, ornadas num cenário macro, tendo em vista a interação das cadeias do agronegócio e da economia, numa pretensa reforma tributária. Estamos diante de uma escalada do ônus tributário, cuja proporção atingirá cerca de 40% do PIB nacional, e que, na verdade, não passa de uma resposta à incapacidade da União, dos Estados e dos Municípios de se adequarem à Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao invés de cortarem, optaram por arrecadar mais.

Uma reforma tributária real, certamente exterminaria tributos em cascata, principalmente a CPMF, promovendo o fim do ICMS, do IPI e do ISS, com a implantação de um sistema tributário de taxação de valores adicionados, sem onerar exportações e investimentos, com as respectivas receitas partilhadas nos três níveis da administração pública (União, Estados e Municípios). Mas isto ficou adiado para 2007.

Como o ideal não ocorreu, é importante procurar enxergar o quadro inteiro, antes de tomar alguma decisão operacional, ou de orientar o tomador de decisão.

Apesar de alguns segmentos do agronegócio terem sido beneficiados com a PEC 74 e MP 135, outros sofrerão elevações na carga fiscal, em função de sua especializada operação.

Diante disso, há de se avaliar a possibilidade do mercado, hoje reprimido em seu poder de compra, não absorver um preço maior no produto final, suficiente para gerar a necessária receita, provedora da cobertura da alta do custo fiscal.

Neste caso, certamente, tal custo majorado deverá ser repassado, e assumido, entre os integrantes da cadeia produtiva. A conta sobra para quem "tem troco" ou pouco poder de barganha.

Assim, se alguém já se considera ganhador com a "reforma", há de se cuidar para não ter de assumir, de forma indireta e isolada, a conta de quem certamente perdeu, seja ele um outro contribuinte ou o consumidor. ■

LUIZ AUGUSTO GERMANI *é advogado e professor de Direito Agrário da FGV. E-mail: germani@germaninet.com.br*

Novo horizonte para o desenvolvimento rural



Os arranjos produtivos locais amenizam problemas sociais e ganham força junto às agências de desenvolvimento

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Até os anos 70, a população dos países era predominantemente rural. Um cenário para as políticas de assentamento e de fixação do homem. Mas, a partir daí, uma dramática movimentação das massas migrantes do campo para a cidade virou um fenômeno global e mudou o contexto.

No Brasil, o presidente Castelo Branco promulgou em 30 de novembro de 1964 a Lei 4.504, conhecida como o Estatuto da Terra, um documento legal que espelha uma concepção de reforma agrária fundamentada na desapropriação dos latifúndios e a sua distribuição aos trabalhadores rurais.

Sem resultados na proposta de mudar a estrutura fundiária do país, o governo Sarney lançou no início da Nova República, em 1986, o Plano Nacional de Reforma Agrária, com a meta de assentar em quatro anos cerca de 1,4 milhão de famílias para um contingente de beneficiários de 6 a 7 milhões de pessoas, entre posseiros, arrendatários, parceiros, assalariados rurais e minifundistas. Cinco anos depois, quando Collor assumiu a presidência, apenas 83 mil famílias haviam recebido terras, correspondente a menos de 6% da meta traçada.

Brasil: assentamentos até 2000

Região	Municípios	Famílias
Norte	127	167.610
Nordeste	394	853.402
Centro-Oeste	971	86.616
Sudeste	229	269.495
Sul	171	204.097
Total	1.018	1.681.220

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Em meados dos anos 80 já eram perceptíveis os sinais de modernização nas atividades primárias, com incorporação de insumos modernos (sementes melhoradas, fertilizantes e defensivos) e emprego crescente de máquinas. Muitas propriedades mostravam desempenho em produtividade próximo ao das eficientes farms norte-americanos. Na gestão das unidades rurais, os custos de produção tinham de estar nas fronteiras definidas pelos preços internacionais das grandes commodities, principalmente porque o Tesouro Nacional não tinha lastro para bancar políticas massivas e subsidiadas de preços e crédito.

No começo dos anos 90, o ambiente da agricultura deixava de ser eminentemente de subsistência e voltado para o mercado interno, passando a produtor de excedentes de alimentos, fibras e energia renovável.

O tema reforma agrária voltou à cena no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995. FHC distribuiu 20 milhões de hecta-

Benefícios nos assentamentos		
Benefícios	**Assentamentos criados de 1985 a 1994**	**Assentamentos criados de 1995 a 2001**
Água potável	38%	49%
Eletricidade	34%	55%
Estradas internas	43%	54%
Parcerias com agroindústria	96%	97%
Produção coletiva	92%	90%
Títulos de propriedade	60%	93%

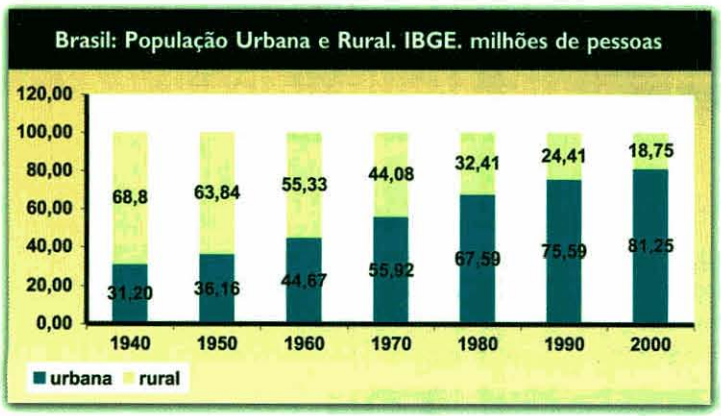
Fonte: USP/MDA/FAO

res para 630 mil famílias, sendo 500 mil assentadas em terras desapropriadas e 130 mil através do Banco da Terra e dos demais programas até 2002. O montante de recursos aplicados é estimado em R$ 20 bilhões. Cada projeto de assentamento teve um custo médio de R$ 40 mil, entre desapropriação e aquisição de terras e implantação.

Há uma forte discordância quanto ao número computado de assentamentos pelo Sistema de Informações de Reforma Agrária do INCRA, durante o governo de FHC.

De qualquer forma, do ponto de vista qualitativo, as políticas de assentamento deixam muito a desejar. Existe um desconhecimento brutal a respeito da produção gerada nas suas áreas. No que diz respeito à melhoria de vida, os benefícios sociais ainda são insuficientes. O índice de evasão apurado pelo INCRA vai de 21% nos projetos criados pelos sindicatos a 35,4% naqueles desenvolvidos pelo órgão.

Todas essas questões colocam em xeque o próprio custo e benefício das políticas de assentamento. Com R$ 40 mil, uma família pode receber do Estado um salário mínimo durante quase 15 anos. Certamente existem outros meios, a custos competitivos e menores, para implementar políticas sociais. A agricultura abriga 4,2 milhões de produtores, vocacionados para atividade e responsáveis por 40% da produção primária. Essa estrutura corre risco de desmonte. Entre 1985 e 1996, saíram do campo cerca de 1 milhão de pessoas, com aumento da tensão social no ambiente rural e das cidades.



Renascimento rural

O Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula prevê, até o fim de 2006, o assentamento de pelo menos 530 mil famílias: 400 mil vão ser instaladas em terras desapropriadas ou do poder público, 130 mil receberão crédito fundiário onde não é possível fazer legalmente desapropriações. O Banco Mundial arcará com 60% dos custos, o INCRA com 32% e os governos estaduais com 8%.

Como trazer mais benefícios para a formação da renda e o emprego nas regiões e comunidades rurais? O geógrafo francês Bernard Kayser é eufórico quando expressa o movimento ligado ao renascimento rural, onde o plano coletivo é promover o território. O dinamismo é dado pela rede de relações entre iniciativas empresariais, serviços e organizações públicas. As pessoas valorizam o seu ambiente para servir de base a outros empreendimentos. O desenvolvimento de cadeias produtivas com marcas e valorização de uma região, com desdobramentos industriais, comerciais, culturais e turísticos.

Quatro Típicos Básicos de Territórios			
Ênfase	**Transformação produtiva**	**Desenvolvimento institucional**	**Confiança entre os agentes**
Integrado	Dinâmico	Forte	Razoável
Econômica	Dinâmico	Fraco	Fraco
Social	Fraco	Forte	Fraco
Desestrurado	Fraco	Fraco	Fraco

Portanto, os projetos de reforma agrária e de assentamentos devem levar em conta esses novos conceitos de integração regional.

No Nordeste, onde se concentra quase a metade das propriedades familiares do país, em salários mínimos, a renda média dos estabelecimentos é de 10, cerca de um quarto da apurada no Sul. Em área, a média é de 17 hectares, contra 84 hectares no Centro-Oeste. Com fraca qualificação, as instituições não incentivam e aprimoram a agricultura tradicional: importa-se queijo de cabra e não se cria mercado para a produção nordestina.

Todo esforço cabe nesse momento para colocar o Brasil na pauta das agências financiadoras de projetos de desenvolvimento regionais. A ênfase nos arranjos produtivos locais traçará configurações geográficas mais definidas e prontas para receber transformações econômicas e sociais. Uma força para integrá-los a mercados dinâmicos e tecer relações entre as pessoas externas e da própria região, de modo a aumentar as suas participações nas oportunidades e benefícios gerados pelo processo. O espaço rural não fica na ótica exclusiva da agropecuária, em que pese a sua representação larga e natural.

Nos Estados Unidos e União Européia, onde as lavouras produzem grandes colheitas e as criações engordam milhares de animais, a participação da mão-de-obra ocupada na agricultura é bem pequena.

O Brasil segue no mesmo caminho, com um setor primário preparado para um crescimento enorme nos próximos anos. Os gargalos estão depois da porteira das fazendas, nas áreas de armazenagem, industrialização, transporte e distribuição: um conjunto enorme de atividades associadas ao campo e para interiorizar o país. As políticas públicas devem aproveitar o estado vivido pelo agribusiness para atrair capitais privados, diminuir a ênfase agrária e aplicar instrumentos em prol de um novo horizonte para o desenvolvimento rural. ■

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- *e-mail: www.rimisp.cl*
- *Departamento de Desenvolvimento Sustentável do BID*
- *Divisão Para América Latina e Caribe do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola*

Modernizar o setor primário

Estudo de academia levanta informações para o desenvolvimento sustentável da agricultura na região do Distrito Federal

LUIZ VICENTE GENTIL

Sem diretiva para estabelecer prioridade nos investimentos e requerer políticas públicas de modo a beneficiar a agricultura e as atividades que ao redor dela gravitam, a sociedade rural do DF solicitou à Universidade Federal de Brasília que apontasse os caminhos economicamentes sustentados, socialmente justos e eticamente corretos para o seu desenvolvimento nos próximos vinte anos.

O pressuposto era de que um trabalho científico, realizado pela academia, possa trazer idéias para incentivar às empresas e indústrias, gerar empregos e desenvolver uma estrutura para melhor distribuir recursos e criar paz no campo.

Durante nove meses , 350 pessoas de 11 segmentos produtivos e serviços da agropecuária do DF foram mobilizados, com envolvimento do Sindicato Rural do Distrito Federal, empresas privadas, públicas e órgãos de governo, que participaram com informações e apoio.

As despesas cobriram as áreas como a realização do trabalho, os serviços gráficos e a divulgação por meio de evento. Para a realização do trabalho foram alocadas verbas para: a) processamento de dados, b) edição, c) materiais de consumo e de administração, d) despesas de viagens e serviços gerais, e) pagamento de alunos e pessoal de campo.

Sob a metodologia científica, a obtenção dos dados primários e secundários foram feitos por meio de planilhas, roteiros, questionários e formulários em cinco fontes de informação:

1. Revisão da literatura com 70 referências
2. Entrevista de Alto Nível de Informações com 75 pessoas
3. Pesquisa de Mercado com 198 produtores rurais
4. Wokshop com 15 coordenadores da Emater/DF
5. 06 painéis com 35 líderes setoriais de cadeias produtivas.

Os estudos mostram as vantagens

Pesquisa de Mercado

Origem dos entrevistados		Problemas dos produtores		Problemas da produção	
Fator	**%**	**Fator**	**%**	**Fator**	**%**
Outros UF/países	22,72	Produção	24,60	Mão-de-obra	73,23
MG	19,19	Comercialização	23,53	Juros altos	63,13
RS	16,66	Mão-de-obra	18,18	Preço do produto	57,58
DF	12,12	Crédito	11,23	Energia elétrica	27,78
GO	9,60	Doença	7,49	Titulação das terras	27,78
SP	8,08	Natureza	6,95	Invasões de terras	18,18
BA	4,55	Infra-estrutura	6,42		
RJ	4,55	Política	1,60		
Sem resposta	2,53				

Setores Entrevistados

1-Turismo
2- Aves
3- Abelha
4- Leite
5-Flores
6-Sebrae
7- Hortaliças
8-Pequenos animais
9- Orgânicos
10-Porto Seco
11-Universidade de Brasília
12- Distribuição
13-Agentes financeiros
14- Agroindústria
15- Fiscalização pública
16-Capacitação da mão de obra
17-Pecuária corte e frigoríficos
18-Desenvolvimento econômico
19- Cooperativa
20-Tributos
21- Conjuntura
22-Assentamento
23-Grãos

Bens nas propriedades		Percepção para os fatores		Percepção para fatores negativos	
Celular	82,83	Informática na administração	75,17	Juro do banco	83,83
Carro/pick-up	79,29	Sebrae	72,59	Qualidade da mão-de-obra	50,28
Poço artesiano e aguadas	58,59	Emater	61,85	Lucratividade	36,11
Trator	57,07	Sindicato Rural	61,25	Secretaria de Agricultura	27,81
Oficina	32,32	Secretaria de Agricultura	36,42	Sindicato Rural	15,00
Caminhão	31,82	Qualidade da mão-de-obra	26,26	Emater	11,56
Cantina	21,72	Lucratividade	12,78	Sebrae	8,15
Aterro sanitário	15,66	Juro do banco	5,39	Informática na administração	2,01
Guarita	7,58				

Assistência técnica		Padrão Ideal dos descendentes		Como melhorar o crédito	
Fator	**%**	**Fator**	**%**	**Fator**	**%**
Particular /própria	36,87	Saúde	45,96	Burocracia	35,71
Pública	24,75	Felicidade	38,51	Juros	31,75
As duas	20,71	Família	10,56	Oferta de recursos	19,84
Sem resposta	17,68	Curso superior	3,73	Garantias	7,14
		Importante	0,62	Subsídios	5,56
		Riqueza	0,62		

competitivas ou não das cadeias produtivas de cada setor, mediante aplicação da técnica de SWOT Analysis, assim como de cruzamentos múltiplos e convergentes de pontos focais e de interesse da sociedade rural do DF. ■

LUIZ VICENTE GENTIL *é professor de Administração Rural da Universidade Federal de Brasília (UnB). E-mail: gentil22@unb.br*

Respostas abertas do Workshhop
1 - Perfil cultural, psicológico e econômico Muito diversificado e com instrução de média para alta. Psicológico de pessoas experientes e com boa estabilidade nas ações. O econômico é razoável, alguns deles com dupla atividade, outros apenas familiar, outros ainda da classe média e alta.
2 - Capacitação e qualidade da mão-de-obra Em geral é média para ruim, apesar de alguns poucos se referirem como boa .
3 - Ações para aumentar a demanda Melhor preço do produto, organização da cadeia, investimentos em imagem, aumento da oferta e diversificação de produtos, cooperativas, incentivos e juro baixo
4 - Formas de reduzir custosRural Pró, fluxos de caixa, pessoas e empresas habilitadas em custos, etc
5 - Formas de se ter mais justiça social.Pró Rural, valor e distribuição da terra, equidade nos elos das cadeias, infra estrutura , emprego, etc.
6 - Formas da agropecuária ser controlada por pessoas do setor primário.Conceito de parceria, cooperativa, margens e lucros proporcionais na cadeia produtiva
7 - Formas de explorar facilmente atividades extensivas no DF.Aproveitar áreas, novos segmentos de mercado e pressão do preço da terra nos custos de produção.

Conclusões
1 - Criação de Leis para o setorRenúncia fiscal na cadeia produtiva; plano plurianual do DF (PPA/DF) para as cadeias produtivas e as atividades circunvizinhas; recuperação de serviços públicos como fiscalização, assistência técnica, créditos, realização de um plano diretor, pesquisa para elaborar diretiva estratégica global.
2 - Monitoramento éticoControle de cada grupo e segmento, ação do Ministério Público e do Tribunal de Contas.
3 - Organização das cadeias produtivasAção sobre potencialidades, fortalecer as cadeias fracas , aprofundar diagnósticos setoriais.
4 - Indústria de transformaçãoPrática de Draw Back,,CKD, capitalização do setor, facilidades para implantação de filiais de corporações para gerar emprego, renda, tecnologia e bem-estar social.
5 - Capacitação profissionalEnvolver Sebrae, Senar, Sesi, Sesc e estímulos para as empresas investirem em RH
6 - CréditoRedução de juro, linhas específicas por setor produtivo e serviços, investimentos de longo curso .
7 - Banco de cérebrosAproveitamento de aposentados civis, militares e religiosos nas cadeias produtivas por meio de empresas, ao estilo das corporações norte americanas de consultoria internacional.
8 - Uso responsável dos recursos naturaisOrganizações responsáveis com o meio ambiente, processo educativo escolar, residencial e na propriedade rural, uso do ISO 14.001 para exportação, redução de custos e reestruturação administrativa dos ativos rurais.
9 - Reestruturação fundiáriaAção administrativa e não ideológica, estudo das demandas para as ações políticas, opção alternativa para comodato ou venda, liberdade para o produtor decidir e reduzir influência de corporações externas
10 - UniãoPadrão de negociação política entre interessados potenciais, incentivo à cooperativas, associações, pólos de desenvolvimento, clubes de amigos, grupos de compra e venda e clubes de serviços.
11 - Administração das infra-estruturas públicasRecuperação de eletricidade, segurança rural, esgoto, estradas vicinais, telefonia, telecomunicação e água potável para agroindústrias e uso doméstico.
12 - Integração Universidade-MercadoSinergia de interesses com análise das necessidades e potencialidades de ambos lados, transformação das universidades privadas e públicas com maior interação com a sociedade, balcão de problemas sociais a serem resolvidos em parte pela massa cerebral das Universidades.
13 - Apoio aos pequenosAssistência técnica privada e publica fortalecida com condições de ajudar produtores e empresários de baixa capacidade competitiva, baseado nos padrões de competitividade de mercado.
14 - Pólos de desenvolvimentoCada setor desenvolve seu próprio movimento de representação, com líderes atuantes e competentes do tipo flores, orgânicos, leite, etc.
15 - Pólo especial de tecnologiaIncentivar pólos ancorados em Fundações, empresas de economia mista e Universidades atuantes no mercado para convergir tecnologias, cérebros, grupos de interesses, visando redução de custos, geração de escala, maiores lucros e mais empregos.

Sustentabilidade é diferencial no agronegócio

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS

" The Social Responsibility of business is to increase its profits"
Milton Friedman

Muito se tem falado, nesses tempos de rápidas mudanças e questionamentos de antigos paradigmas, acerca dos conceitos de governança corporativa e responsabilidade social no ambiente empresarial.

O que se percebe, após o esgotamento dos instrumentos de auditoria e controle até então utilizados na avaliação da "saúde" das organizações - caso ENRON e que tais - é a incessante busca por novos conceitos e metodologias capazes de permitir uma melhor análise de risco.

E é nesse ambiente que se fortaleceu o conceito de governança corporativa que, pela definição do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), é o conjunto de práticas e os relacionamentos entre acionistas/cotistas, conselhos de administração e fiscal, diretoria e auditoria independente, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital.

Trata-se fundamentalmente da adoção de um conjunto de crenças e valores que se traduzem na prática permanente de princípios fundamentais no planejamento e gestão das organizações e negócios. São eles: a transparência, a equidade, a prestação de contas, o cumprimento das leis e a ética.

E mais. Faz-se necessário que o exercício de tais princípios se dê não só no universo da própria empresa, como também dos chamados "stakeholders", representado pelos diferentes atores sociais que gravitam em torno da empresa e em seu universo de ação.

Conforme Malcolm McIntosh, do Institute for International Policy, da Universidade de Bath (USA), governança corporativa não é um conceito que se aplica às organizações sozinhas. Ela requer transformação em toda a sociedade.

Trata-se, em última análise, do exame da chamada Sustainability de empresas e negócios, que leva em consideração o atendimento de variáveis nos campos social, ambiental e econômico, os chamados Triple Bottom Line, ou Triple P (people, planet, profit). Pessoas, Meio Ambiente e Produtividade do Capital igualmente importantes, passam a constituir-se em vetor de forte agregação de valor.

No início dos anos 90, nos EUA, surgiram os fundos de investimento chamados SRI (Socially Responsible Investings), compostos de ações de empresas que tenham passado por rigoroso exame quanto ao atendimento dos critérios de natureza social e ambiental, além dos econômicos - financeiros.

Conforme análise da equipe de sustentabilidade da PriceWaterhouse Coopers, tais fundos de investimentos em ações de empresas socialmente responsáveis "têm apresentado crescimento surpreendente e, conseqüentemente, registram aumento expressivo de sua participação sobre o total do mercado de fundos porque levam em consideração a rentabilidade a longo prazo, derivada da sustentabilidade das empresas".

Uma rápida análise do quadro a seguir, com o comportamento do DJSI World (Dow Jones Sustainability Index), da Bolsa de Nova York, em relação ao tradicional Dow Jones Global Index, permite constatar os enormes benefícios do Triple Bottom Line na valorização das ações das empresas classificadas como éticas ou socialmente responsáveis.

Esses dados, reforçados por uma demanda crescente na sociedade civil pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de desenvolvimento sustentável e justiça social, mostram que a adoção dos conceitos de ética e responsabilidade social passa a representar importante diferencial competitivo.

E nesse particular, considerando-se as principais características das cadeias produtivas nos agronegócios com atividades diretamente ligadas ao meio ambiente e elevado grau de integração entre empresas e segmentos, a gradativa adoção pelas empresas do setor dos princípios do Triple Bottom Line parece evidente irá representar fator de forte diferenciação.

Nosso agronegócio, ao englobar uma agricultura e pecuária ainda excessivamente centradas no uso intensivo de insumos modernos e demais fatores de produção, com sérias implicações ambientais e sociais ainda não totalmente equacionadas, será fortemente influenciado pelas análises de sustentabilidade aqui referidas.

Questões como os transgênicos, o efeito do uso das queimadas no meio ambiente, a expulsão de trabalhadores motivada pela colheita mecanizada de áreas não-queimadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos, o registro de empregados e a mão-de-obra infantil são apenas algumas das práticas e questões sempre presentes no setor com enormes implicações na análise da sustentabilidade ambiental e social de processos, produtos e empresas.

Assim é que empreendedores nos agronegócios, empenhados na adoção de modernas tecnologias de produção e gestão, poderão encontrar na correta aplicação desses conceitos um importante diferencial competitivo no setor, sobretudo num regime de globalização dos mercados, acirramento da concorrência e diminuição das margens de contribuição ao longo de toda a cadeia produtiva. ■

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS, engenheiro agrônomo, é diretor da Hecta - Participações e Investimentos Ltda.

Relatório do Usda agita o mercado

Normalmente, o mês de janeiro faz parte do período de entressafra da grande temporada norte- americana, sem espaço para grandes acontecimentos e imprevistos para abalar os agentes de mercado. O ano de 2004 contraria essa tendência, e o primeiro relatório mensal do USDA agita as cotações de importantes grãos como soja e milho.

De um modo geral, há um encolhimento expressivo nos estoques mundiais no conjunto dos cereais e oleaginosas, como reflexo das adversidades climáticas ocorridas nos EUA e UE. Simultaneamente, assiste-se a entrada compradora da China com 23 milhões de toneladas e a União Européia com 18,2 milhões. Ao todo, a demanda cresce cerca de 6,2% . O resultado dessas variáveis provoca alvoroço nas expectativas de preços. Desde meados dos anos noventa, com as enchentes do Mississipi e secas no Meio-Oeste norte-americano, o quadro não atraia especuladores e apostadores.

Um nova revisão para baixo da safra norte-americana de soja alimentou o patamar de alta nos preços dos contratos a vencer em março: o bushell do grão e a libra peso do óleo chegaram a 822,75 e 29,90 centavos, respectivamente , o maior valor desde junho de 1997 e maio de 1994; enquanto o farelo superou o valor de dezembro de 2003 e alcançou US$ 271,83 a tonelada.

Essas notícias acontecem num momento muito delicado em que as repercussões sobre a primeiro registro da vaca louca no país ainda não sedimentaram. O governo ainda não definiu se vai generalizar o banimento do uso de farinha de osso na ração animal na bovinocultura para as pequenas e médias criações. Se a medida for efetivada, haverá uma demanda adicional de 1,6 a 2,2 milhões de toneladas de farelo, correspondente de 2,0 a 2,8 milhões de toneladas de grãos. Os estoques americanos de soja estão em níveis reduzidos, próximos aos dos anos setenta.

Enquanto isso, as exportações sul americanas de soja ganham espaço no mercado internacional. Da safra 1998/99 à 2003/04, a participação cresceu de 38% para 62%, enquanto a dos EUA encolheram de 62% para 36%. O Brasil é um dos grandes responsáveis por essa dramática mudança: entre as safras 2001/02 e 2003/04, as exportações saltaram de 11,6 para 26,6 milhões de toneladas. A Argentina também mostra um comportamento positivo, enquanto Paraguai, Bolívia, Uruguai e Equador completam a lista.

Também sobre o mercado de milho, o contexto repercute, diante da queda geral de área prevista para o plantio, face à expansão da soja. Entre os grãos, foi o produto com maior queda relativa nos estoques. Os excedentes dos EUA diminuem, diante da menor produção e maior consumo do cereal como matéria-prima para produção de álcool. Para essa finalidade, o volume absorvido em 2003 ficou próximo de 20 milhões de toneladas. ■

EUA: Estimativa de safra
Milhões de hectares e milhões de tonelada

Item	soja	milho	trigo	Algodão
1.Produção				
jan 2003/04	65,81	256,92	63,60	3,97
dez 2003/04	66,73	261.07	63,60	3,97
jan 2002/03	74,82	228,81	44,06	3,75
2. Área Plantada				
jan 2003/04	29,70	31,85	24,97	5.46
dez 2003/04	29,78	32,01	24,97	5.52
jan 2002/03	29,91	32,01	24,48	5,65
3. Exportação				
jan 2003/04	24,49	50,17	50,17	2,87
dez 2003/04	24,22	48,90	48,90	2,87
jan 2002/03	28,44	40,44	40,44	2,59
4.Estoque Final				
jan 2003/04	3,40	50,17	15,21	0,93
dez 2003/04	3,40	48,90	15,87	0,93
jan 2002/03	4,84	40,44	13,36	0,17

Fonte : USDA. janeiro de 2004

Mundo: produção de grãos - em milhões de toneladas

Produto	2003/2004	2002/2003	Variação %	2003/2004	2002/2003	Variação %
Total *	1.826,94	1.818,95	0,44	311,73	416,86	-25,22
Trigo	552,66	566,84	-2,50	127,26	165,44	-23,08
Arroz	391,02	380,26	2,83	84,00	106,90	-21,42
Grãos Forrageiros **	883,26	871,85	1,31	100,47	144,51	-30,48
Milho	607,12	603,46	0,61	67,49	102,30	-34,03
Algodão ***	92,20	88,18	4,56	32,36	36,97	-12,47
Soja	198,73	196,77	1,00	35,98	38,74	-7,12
Farelo de soja	138,78	131,37	5,64	3,72	3,70	0,54
Óleo de soja	32,01	30,49	4,99	1,63	1,79	-8,94

Fonte - USDA: janeiro/2004* total de trigo, grãos forrageiros e arroz beneficiado** milho, sorgo, cevada, aveia e centeio*** milhões de fardos de 480 libras peso cada

3pontos

MPA MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO DA FGV-EAESP.

Há 4 anos, eleito o melhor mestrado executivo pela Revista Você S.A.

Mestrado Executivo com a excelência da FGV-EAESP e Currículo
adaptado às novas exigências dos mercados brasileiro e internacional.
Oportunidade única de construir uma sólida rede
de relacionamentos com alguns dos melhores profissionais do Brasil.

Inscrições pela Internet: www.fgvsp.br/vestibulares

FGV

EAESP

Informações: Central de Vestibulares - CACR
Fone: (11) 3281-7711 • e-mail: cacr@fgvsp.br

3pontos



GV*consult*. A consultoria que faz a diferença.

Porque a GV*consult* faz a diferença:

- Porque transfere para a sua empresa a nossa experiência com metodologia, capacitando, assim, o seu capital humano.

- Porque aplica na sua empresa as mais modernas técnicas de gestão que só uma instituição como a Fundação Getulio Vargas pode oferecer.

- Porque propõe soluções inovadoras e eficazes, associando o conhecimento e a experiência da sua empresa às ferramentas desenvolvidas pela GV*consult*.

Áreas de atuação

- Planejamento
- Processos
- Tecnologia da Informação
- Gestão do Capital Humano
- Produção e Qualidade
- Finanças
- Controladoria
- Gerência de Projetos
- Marketing
- Gestão Ambiental
- Análise Econômica
- Administração Hospitalar e de Saúde
- Administração Pública Municipal
- Administração Pública Estadual e Federal
- Plano de Previdência Complementar

FGV
GVconsult

(11) 3281.7784 / 7785 / 7915
www.gvconsult.com.br
gvconsult@fgvsp.br